

37.014.542(817) I59s

Autor: Instituto Nacional de Estudo
Título: Subsídios para a elaboração



20998
34870

V. 5 Ex.1 INEP BC Nº Pat.:B0014755

v.5

ISSN 1414-6908

CIBEC/INE



Série Documental

UDOS DE POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

014.542(817)
s
Ex.1

MEC

Ministério da Educação e do Desporto

INEP

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DO

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO INFANTIL
E ENSINO FUNDAMENTAL

REGIÃO CENTRO-OESTE

MEC

Ministério da Educação e do Desporto

INEP

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DO

**PLANO
NACIONAL DE
EDUCAÇÃO**

EDUCAÇÃO INFANTIL
E ENSINO FUNDAMENTAL

REGIÃO CENTRO-OESTE

Brasília
1997

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Fernando Luís Oliveira Brandão

EDITORAÇÃO DA CAPA
Rodrigo Godinho A. da Silva

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA
Rejane Dias Ferreira Ribeiro
Regina Helena Azevedo de Mello

REVISÃO
Antonio Bezerra Filho

TIRAGEM: 700 exemplares

INEP — SGAS, Quadra 607, Lote 50 — 70200-670 Brasília-DF
Fone: (061) 244-2612, 242-0822 — Fax: (061) 244-4712

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Subsídios para a elaboração do Plano Nacional de Educação: educação infantil e ensino fundamental: Região Centro-Oeste / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. - Brasília: O Instituto, 1977.

100 p. : il. ; tabs. (Série Documental. Estudos de Políticas Governamentais, ISSN 1414-6908; n.1 , v.5).

1. Educação - planejamento - Região Centro-Oeste - Brasil. 2. Educação Infantil. 3. Ensino Fundamental. I. Título. II. Série.

CDU 37.014.542

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
OF. CIRCULAR/MEC/GM/GAB/Nº 140	7
PROCEDIMENTOS DE ELABORAÇÃO DO PNE	
INTRODUÇÃO	11
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	11
ESTRATÉGIA PARA ELABORAÇÃO DO PNE	13
SISTEMÁTICA DE TRABALHO	14
CRONOGRAMA PREVISTO	18
GLOSSÁRIO	19
PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS 1993-2003	
ESTRATÉGIAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO	23
Objetivos Gerais de Desenvolvimento da Educação Básica	23
Metas Globais	26
Linhas de Ação Estratégica	27
MEDIDAS E INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO	33
Consolidação de Alianças e Parcerias	33
Eficiência e Equilização no Financiamento	34
Desenvolvimento da Cooperação e Intercâmbio Internacional	35
Intensificação das Ações Governamentais em Curso	35
COMPROMISSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS	41
ANAIS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS 1994	
APRESENTAÇÃO	45
Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese DISTRITO FEDERAL	47
Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese GOIÁS	55
Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese MATO GROSSO	71
Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese MATO GROSSO DO SUL	79
Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese CENTRO-OESTE	93

APRESENTAÇÃO

O processo de elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), ora iniciado, oferece uma grande oportunidade de mobilizar todos os agentes do Poder Público e os diversos segmentos sociais em torno de uma agenda de reformas que assegure ao sistema educacional brasileiro um novo perfil de eficiência e equidade. Mas, para alcançar esta amplitude, será necessário transcender o simples cumprimento de uma exigência legal e fazer do PNE verdadeira síntese dos compromissos assumidos pelas três esferas de governo e expressão maior das aspirações democráticas da sociedade brasileira por uma educação de qualidade para todos.

Este Plano, o primeiro a ser elaborado sob a égide da Constituição de 1988 e da nova LDB, deverá fixar os objetivos e metas da educação nacional para os próximos dez anos. Portanto, terá a importância histórica de delinear e instruir a política educacional do País até as vésperas do final da primeira década do próximo século. Dentro desta perspectiva, é função do PNE hierarquizar prioridades, a partir de um diagnóstico realista do quadro atual, e propor estratégias adequadas à realização das metas estabelecidas. Como resultado do planejamento público setorial, deve responder às demandas e carências educacionais da sociedade.

Com a responsabilidade precípua de liderar este esforço, o MEC está convidando as secretarias estaduais e municipais de educação para cooperar na elaboração do PNE, ao mesmo tempo que lança uma ampla convocação às organizações, associações, entidades sindicais e ONGs representativas dos setores sociais ligados à área educacional. Trata-se, portanto, de uma tarefa complexa que envolve múltiplos interlocutores e requer a colaboração de todos para ser cumprida com êxito.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) recebeu do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, delegação para coordenar este processo. Cabe-lhe, portanto, seguindo orientação dada pelo ministro, a tarefa de articular e promover a participação efetiva das três esferas de governo e dos segmentos representativos da sociedade civil na construção do PNE. Compete ainda ao INEP oferecer subsídios aos diferentes interlocutores, de forma a auxiliá-los na formulação das suas propostas e sugestões.

Esta publicação, compilada de forma a atender as cinco regiões do País, é a primeira dentre os materiais de apoio que serão elaborados e distribuídos pelo INEP para orientar a discussão da educação infantil e do ensino fundamental. Além do documento que apresenta a metodologia e as estratégias de elaboração do PNE definidas pelo MEC, estão sendo divulgados os relatórios estaduais e as sínteses regionais e nacional resultantes dos debates realizados ao longo do processo de consultas ensejadas pelo Plano Decenal de Educação para Todos, no período de junho de 1993 a agosto de 1994.

Tais relatórios, produzidos num ambiente de grande mobilização do setor educacional, são abrangentes e concentram informações da maior importância, servindo como ponto de partida para o PNE. Com a iniciativa de republicá-los, o MEC pretende valorizar os esforços de

todos aqueles que tomaram parte naquela rica experiência. Ao mesmo tempo, a revisão das metas fixadas pelo Plano Decenal de Educação para Todos permitirá avaliar os avanços realizados pelos sistemas de ensino nos últimos anos, o que deve estimular a proposição de metas ainda mais eficazes no novo plano.

O INEP publicará, na sua série **Políticas Governamentais**, vários textos, conforme previsto no roteiro sobre os *Procedimentos de Elaboração* do PNE, enviando aos vários interlocutores informações destinadas a subsidiar a elaboração das propostas dos ensinos fundamental, médio e superior. Também serão disseminados subsídios úteis à discussão de temas específicos que perpassam diferentes níveis de ensino, como educação tecnológica, educação especial, educação indígena, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação a distância.

Por fim, é compromisso do INEP atuar como facilitador da participação de todos os agentes do Poder Público e de todos os setores sociais que tenham contribuições relevantes a dar na elaboração do PNE. O MEC espera que a proposta a ser enviada ao Congresso Nacional, como corolário deste processo, esteja legitimada num amplo consenso dos segmentos representativos da área educacional.

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

Presidente do INEP



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

OF. CIRCULAR/MEC/GM/GAB/Nº 140

Brasília, 12 de agosto de 1997

Senhor(a) Secretário(a):

O Ministério da Educação e do Desporto, em cumprimento ao disposto no artigo 87, § 1º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), está deflagrando o processo de elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE). Como estratégia básica para a realização desta tarefa, consoante com o espírito da nova LDB, deverá prevalecer o regime de colaboração entre os três níveis de governo.

Neste sentido, convocamos todas as instâncias da gestão educacional e todos os segmentos da sociedade civil engajados na causa da educação para participar do esforço de discussão e formulação do projeto de PNE, a ser encaminhado ao Congresso Nacional até o final de dezembro. É nosso entendimento que o vigor e a legitimidade desta iniciativa dependerão da base de consenso e representividade que será alcançada no processo de consulta ora iniciado. Por isso, é indispensável que todos nós, dirigentes e educadores, reservemos a esta atividade um lugar de destaque entre as prioridades com as quais estaremos envolvidos neste segundo semestre de 1997.

Ao definir as responsabilidades educacionais das três esferas do Poder Público, a Lei nº 9.394/96 destacou entre as competências da União *“elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”*. Os Estados, por sua vez, receberam, entre outras, a atribuição de *“elaborar e executar políticas educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios”*. Completando o círculo federativo, os Municípios foram incumbidos da tarefa de *“organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados”*.

Portanto, o PNE deverá garantir a coerência das políticas educacionais, promovendo uma ação coordenada e solidária das instâncias de governo - União, Estados, Distrito Federal e Municípios - em torno dos grandes objetivos e metas da educação nacional, em todos os níveis e modalidades de ensino. Além disso, o PNE deverá atualizar e convalidar os compromissos assumidos pelo Brasil nas conferências internacionais promovidas pela UNESCO, especialmente com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) terá um papel central neste processo de elaboração do PNE. As estratégias que estão sendo propostas pelo MEC aos Estados e Muni-

cípios foram discutidas, previamente, com o CNE, a quem compete, de acordo com as atribuições conferidas pela Lei nº 9.131/95, “*subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação*”. Portanto, suas câmaras de Educação Básica e de Educação Superior deverão prestar imprescindível colaboração na formulação de propostas no âmbito da sua atuação. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) também já foram consultados e são parceiros fundamentais do MEC nesta empreitada.

Por fim, delegamos ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) a tarefa de coordenar o processo de elaboração do PNE, com a recomendação expressa de que sejam adotadas as providências necessárias para assegurar e incentivar ampla participação dos sistemas estaduais e municipais de ensino e de todos os setores da área educacional. Obviamente, esta colaboração não se esgotará nesta fase inicial de concepção do PNE; ao contrário, deverá corresponder a um compromisso efetivo com a sua implementação.

PAULO RENATO SOUZA

Ministro de Estado da Educação e do Desporto

PROCEDIMENTOS DE ELABORAÇÃO DO PNE

INTRODUÇÃO

A formulação de um Plano Nacional de Educação - PNE, a ser apresentado ao Congresso Nacional, cumpre exigência prevista na Constituição de 1988 e reforçada pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, a qual estabeleceu, simultaneamente, a Década da Educação e o dever, atribuído ao Ministério responsável por esta área, de elaborar, com a colaboração das demais esferas de governo, um plano que orientará as ações educativas nesse período.

De acordo com o disposto no art. 87, § 1º, da referida lei, o PNE deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, impreterivelmente, até 23 de dezembro deste ano. Portanto, essa tarefa terá que ser cumprida no prazo de seis meses, o que representa um grande desafio para o MEC e para todos os segmentos que serão convidados a dar sua parcela de contribuição.

É definitivamente intenção do MEC desencadear um amplo processo de consultas e debates, envolvendo diferentes instâncias e segmentos da área educacional. Porém, dada a rigidez dos prazos, dificilmente será possível repetir, com o mesmo grau e intensidade, a mobilização e participação que acompanharam a discussão do Plano Decenal, entre junho de 1993 e agosto de 1994. Exatamente em face dessa limitação, pretende-se recuperar aquela rica experiência como subsídio básico para a elaboração do PNE.

Este documento estabelece o roteiro dos procedimentos a serem seguidos, apresenta a legislação básica concernente à elaboração do Plano e identifica os principais interlocutores a serem consultados.

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

São as seguintes as disposições legais - constitucionais e infraconstitucionais - que definem a natureza do PNE, balizam seu conteúdo e abrangência, atribuem a responsabilidade pela sua elaboração e fixam o prazo da sua vigência:

I - Constituição Federal

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

.....
§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

.....
Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

II - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei n.º 9.394/96)

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

III - Lei n.º 9.131, de 24/11/95 (Altera dispositivos da Lei nº 4.024/61)

Art. 1º Os arts. 6º, 7º, 8º e 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passam a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 7º O Conselho Nacional de Educação, composto pelas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, terá atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, de forma a assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional.

§ 1º Ao Conselho Nacional de Educação, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, compete:

a) subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação;

“ Art. 9º As Câmaras emitirão pareceres e decidirão, privativa e autonomamente, os assuntos a elas pertinentes, cabendo, quando for o caso, recurso ao Conselho Pleno.

§ 1º São atribuições da Câmara de Educação Básica:

d) colaborar na preparação do Plano Nacional de Educação e acompanhar sua execução, no âmbito de sua atuação;

f) manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal, acompanhando a execução dos respectivos Planos de Educação;

.....
§ 2º São atribuições da Câmara de Educação Superior:

.....
b) oferecer sugestões para a elaboração do Plano Nacional de Educação e acompanhar sua execução, no âmbito de sua atuação;

.....”
2. ESTRATÉGIA PARA ELABORAÇÃO DO PNE

O simples exame da legislação compilada neste documento já demonstra que o PNE deverá perpassar os sistemas de ensino como elemento de articulação das suas políticas, hierarquizando as prioridades nacionais e comprometendo as diferentes esferas de governo com seus objetivos e metas. Nessa perspectiva, pretende-se que o projeto a ser apresentado no Congresso Nacional expresse os compromissos assumidos por todas as instâncias administrativas - União, Estados, Distrito Federal e Municípios - e por todos os agentes da ação educativa - professores, dirigentes, famílias e organizações da sociedade civil.

Um plano como este, para se constituir realmente um instrumento eficaz de enquadramento e resolução dos múltiplos problemas da educação brasileira, precisa basear-se num sólido diagnóstico da situação atual, construído a partir de uma série de informações estatísticas e de indicadores, detalhando a situação educacional de cada Estado e de cada Município.

Com este objetivo, o MEC vai preparar e enviar a todos os interlocutores um conjunto de informações, acompanhado de um roteiro básico para estruturação das sugestões a serem apresentadas. Além disto e paralelamente, o INEP, com o auxílio de especialistas, deverá elaborar um diagnóstico nacional geral, que servirá para embasar a formulação do documento final.

Trata-se, como se vê, de um processo verdadeiramente cooperativo, uma vez que a elaboração do PNE exige a participação e o compromisso dos principais atores responsáveis pela ação educativa, assim como, na medida do possível, da própria sociedade. Sem isso, qualquer Plano se reduziria a um documento burocrático formal, incapaz de orientar e organizar a ação conjunta necessária para melhorar a educação no País.

Seguindo o delineamento estabelecido pela LDB, ao assumir a responsabilidade que lhe cabe de coordenar o processo de elaboração do PNE, o MEC está propondo uma metodologia e estratégias para que seja assegurada ampla participação de todos os segmentos representativos da área educacional.

Os atores são múltiplos e diferenciados. Por esta razão, sugere-se um calendário de reuniões, precedidas da elaboração de propostas e metas concretas de todos os setores envolvidos, cabendo ao MEC, com a colaboração do CNE, a consolidação das sugestões apresentadas e a formulação do documento final.

Consideramos também que os agentes e os atores do processo educativo diferenciam-se de acordo com cada nível de ensino. Por isso mesmo, as consultas devem ser organizadas por nível de ensino, o qual definirá os interlocutores a serem ouvidos. Além dos níveis (educação infantil, ensino fundamental, médio e superior), devemos considerar ainda temas e

problemas específicos que incluem ou perpassam diferentes níveis, a saber: educação especial, educação indígena, educação de jovens e adultos, erradicação do analfabetismo, formação de professores, educação profissional e educação a distância.

No que diz respeito à educação infantil e ao ensino fundamental, já existe um documento básico, resultado de um longo e amplo processo de consultas: trata-se do Plano Decenal de Educação para Todos, o qual decorreu da reunião realizada pela UNESCO em Jomtien, Tailândia, em 1993, e corresponde a compromissos internacionais firmados pelo Brasil. Além do mais, resultou de amplo consenso nacional. Para estes níveis de ensino, portanto, trata-se apenas de atualizar o referido Plano. Além disto, a série de seminários regionais, nacionais e internacionais realizada durante 1996-1997, como parte dos procedimentos preparatórios da participação do Brasil nas conferências da UNESCO, constitui subsídio importante para a proposição de objetivos e metas relativas à educação infantil, à formação de professores e à educação de jovens e adultos.

Neste processo de consultas, particularmente importante é a participação do Conselho Nacional de Educação - CNE: em primeiro lugar, como Conselho de Especialistas, o CNE é órgão consultivo do Ministério da Educação; simultaneamente, coloca-se como representante da sociedade civil em matéria educativa; além disso, constitui atribuição específica do CNE o contato permanente com os conselhos estaduais e municipais de educação, os quais se destacam como interlocutores importantes neste processo.

Também são interlocutores privilegiados o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), que representam as instâncias governamentais às quais caberá, em grande parte, a execução do Plano.

Além destes, as diferentes organizações, associações e sindicatos que congregam os setores sociais envolvidos com o processo educativo também deverão participar da elaboração do PNE.

Finalmente, a sociedade deve ser informada sobre o PNE, sendo relevante a contribuição que os meios de comunicação social poderão dar neste sentido. Emissoras de rádio deverão ser mobilizadas para este fim, sob a coordenação da Rádio MEC. O mesmo poderá ser feito com as emissoras de televisão, especialmente contando com a veiculação de programas dedicados a este tema pelo sistema de TVs Educativas, pela TV Escola e pela TV-Executiva MEC. Os jornais e revistas, por outro lado, podem muito contribuir para generalizar as discussões sobre o Plano entre os formadores de opinião.

Para a elaboração do projeto de PNE é necessário, portanto, trabalho complexo de consultas e negociações, para que se possa atingir a consolidação de um documento final que esteja apoiado em amplo consenso nacional. Além disso, após esta fase, o Executivo enviará a proposta ao Congresso Nacional, ao qual caberá, legitimamente, o papel de ampliar o debate, de forma a abranger o conjunto da sociedade brasileira.

3. SISTEMÁTICA DE TRABALHO

O presente documento propõe a sistemática e a pauta dessas discussões, discriminando os participantes a serem consultados.

I - Educação Infantil e Ensino Fundamental

Embora se caracterizem como níveis separados, a discussão deve ser integrada, uma vez que ambos estão contidos no Plano Decenal de Educação para Todos.

Os principais interlocutores são os seguintes:

- UNDIME
- CONSED
- Câmara de Ensino Básico do CNE
- CNTE
- ANPED
- Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação

Já houve uma reunião prévia com os presidentes do CONSED e da UNDIME, a fim de integrar a participação de Estados e Municípios. Acordou-se, nessa reunião, que as Secretarias Estaduais de Educação se responsabilizariam pela organização da sua colaboração com os seus municípios. Desta integração deverá resultar um documento de cada unidade da Federação, no qual serão revistos os objetivos, metas e compromissos firmados por ocasião da apresentação do Plano Decenal de Educação para Todos.

O material a ser enviado aos Estados e Municípios inclui os dados do Censo Escolar/96 que lhes são pertinentes, assim como subsídios do Plano Decenal de Educação para Todos, incluídos os preparados naquela ocasião pelas unidades da Federação. O roteiro das questões a serem discutidas estará baseado na proposta de metas nacionais a serem apresentadas pelo MEC. A mesma documentação referente às unidades da Federação será enviada aos demais interlocutores, os quais elaborarão seus próprios documentos.

O INEP coordenará a análise e consolidação dos documentos. A síntese assim obtida será discutida numa reunião geral coordenada pela Secretaria de Educação Fundamental - SEF/MEC, para a qual deverão ser convidados os interlocutores já citados e outros colaboradores relevantes. As recomendações da reunião serão incorporadas ao documento final a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Para os demais níveis e temas serão seguidos os mesmos procedimentos de envio pelo MEC de roteiro básico e de documentos de apoio; elaboração de recomendações pelos interlocutores; consolidação das recomendações pelo MEC; realização de reunião geral e incorporação dos seus resultados no documento final.

II - Ensino Médio

Principais interlocutores:

- Câmara de Ensino Básico do CNE
- CONSED
- CNTE
- ANPED
- UBES

Coordenação da reunião: **SEMTEC**

III - Ensino Superior

Principais interlocutores:

- Câmara de Ensino Superior do CNE

- CRUB: ANDIFES, ABRUEM, ABRUC e ABM
- CNPq e FINEP
- ANPED
- ANDES
- FASUBRA
- UNE
- SBPC e ABC
- Representação das FAPs
- Secretarias Estaduais de Educação ou Secretarias de Ciência e Tecnologia responsáveis por instituições de ensino superior estaduais e municipais

No caso do ensino superior, estão previstas reuniões setoriais, coordenadas pela **SESu** e pela **CAPE**.

IV - Educação Tecnológica e Formação Profissional

Principais interlocutores:

- Comissão Especial do CNE
- Ministério do Trabalho
- Serviços Nacionais de Aprendizagem
- Representantes das Confederações Nacionais de Trabalhadores
- Representantes de órgãos patronais nacionais
- Representante das Escolas Técnicas Federais
- Secretários de Educação ou de C&T envolvidos com educação profissional

Coordenação da reunião : **SEMTEC**

V - Educação Especial

Principais interlocutores:

- Federação das APAEs
- CONSED
- UNDIME
- Sociedade Pestalozzi

Coordenação da reunião: **SEESP**

VI - Educação Indígena

A Comissão de Educação Indígena da SEF será o interlocutor principal, cabendo a ela designar outros participantes, se necessário.

Coordenação da reunião: **SEF**

VII - Formação de Professores

Principais interlocutores:

- Representantes do CNE
- Representantes do CONSED
- CNTE
- Fórum dos Diretores de Faculdades e Centros de Educação das Universidades Públicas
- ANFOP

Coordenação da reunião: **INEP**

VIII - Educação de Jovens e Adultos e Erradicação do Analfabetismo

Principais interlocutores:

- Câmara de Educação Básica do CNE
- CONSED
- UNDIME
- Representação do empresariado
- Representações das Centrais Sindicais
- Comissão de EJA da SEF

Coordenação da reunião: **SEF**

IX - Educação a Distância

Principais interlocutores:

- CNPq/RNP Ministério da Ciência e Tecnologia
- CNE
- ABED
- Fundação Roquete-Pinto
- FIA/USP
- ABT
- Cátedra Unesco de Educação a Distância
- Ministério das Comunicações
- Representante do Setor Privado de Educação a Distância

Coordenação da reunião: **SEED**

3.1 - Reuniões Auxiliares

Além das reuniões gerais, os Estados e Municípios poderão alargar, na medida do possível, as consultas à sociedade civil. Do mesmo modo, o INEP e as Secretarias do MEC poderão promover pequenas reuniões especializadas para auxiliar na formulação das questões referentes aos temas que perpassam diferentes níveis de ensino ou se referem a problemas especificamente mencionados pela LDB. Assim, durante o processo de consultas, poderão ser integrados também, nas reuniões gerais, outros interlocutores relevantes.

3.2 - Documento Final

Após as reuniões, o INEP coordenará a consolidação das sugestões e propostas que serão apresentadas para discussão à SEF, SESu/CAPES, SEMTEC, SEESP, SEED, Gabinete do Ministro, FNDE, Presidentes do CNE e das suas Câmaras, antes da elaboração do documento final a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

4. CRONOGRAMA PREVISTO

Período: julho a dezembro de 1997

- ◆ Julho - Consulta preliminar ao CNE, CONSED e UNDIME e preparação do documento sobre procedimentos para elaboração do PNE.
- ◆ Agosto - Envio, pelo INEP, do roteiro e documentos de apoio aos principais interlocutores.
- ◆ Setembro e outubro - Preparação das propostas e sugestões pelos interlocutores, as quais deverão ser encaminhadas ao INEP, impreterivelmente, até 15 de outubro.
- ◆ Novembro - Realização das reuniões gerais e consolidação de documentos por nível de ensino e temas específicos.
- ◆ Dezembro - Consolidação do documento final e seu envio ao Congresso Nacional até 23 de dezembro.

GLOSSÁRIO

ABC - Academia Brasileira de Ciência

ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância

ABM - Associação Brasileira das Mantenedoras

ABRUEM - Associação Brasileira de Universidades Estaduais e Municipais

ABRUC - Associação Brasileira das Universidades Comunitárias

ABT - Associação Brasileira de Tecnologia Educacional

ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANFOP - Associação Nacional para Formação de Professores

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

APAEs - Associações de Pais e Amigos de Excepcionais

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

FAPs - Fundações de Amparo à Pesquisa

FASUBRA - Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras

FIA/USP - Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação e do Desporto

PNE - Plano Nacional de Educação

RNP - Rede Nacional de Pesquisa

SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEESP - Secretaria de Educação Especial

SEESP - Secretaria de Educação Especial

SEED - Secretaria de Educação a Distância

SEF - Secretaria de Educação Fundamental

SEMTEC - Secretaria de Educação Média e Tecnológica

SESu - Secretaria de Ensino Superior

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNE - União Nacional dos Estudantes

**PLANO DECENAL
DE EDUCAÇÃO PARA TODOS
1993 - 2003**

(Documento de subsídio I)

ESTRATÉGIAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO*

A - Objetivos Gerais de Desenvolvimento da Educação Básica

Em resposta às determinações constitucionais e legais, às legítimas demandas sociais ao sistema educativo, ao Compromisso Nacional firmado na Semana Nacional de Educação para Todos e às Recomendações e Acordos assumidos no âmbito internacional, estabelecem-se os seguintes objetivos:

1. Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, provendo-lhes as competências fundamentais requeridas para plena participação na vida econômica, social, política e cultural do País, especialmente as necessidades do mundo do trabalho:

- a) definindo padrões de aprendizagem a serem alcançados nos vários ciclos, etapas e/ou séries da educação básica e garantindo oportunidades a todos de aquisição de conteúdos e competências básicas:
 - » no domínio cognitivo: incluindo habilidades de comunicação e expressão oral e escrita, de cálculo e raciocínio lógico, estimulando a criatividade, a capacidade decisória, habilidade na identificação e solução de problemas e, em especial, de saber como aprender;
 - » no domínio da sociabilidade: pelo desenvolvimento de atitudes responsáveis, de autodeterminação, de senso de respeito ao próximo e de domínio ético nas relações interpessoais e grupais;
- b) estabelecendo, em nível apropriado, os objetivos e metas de desempenho dos respectivos planos curriculares, correspondentes aos objetivos socioculturais, antes mencionados, e que deverão ser alcançados pelas unidades escolares;
- c) adequando, no plano normativo e curricular, as articulações entre o ensino fundamental e médio e entre modalidades escolares e extra-escolares de educação;
- d) revisando e atualizando as concepções e normas de organização e estruturação do ensino médio de modo a constituir-lo como continuidade do processo de educação básica e aprofundamento da aquisição de competências cognitivas e sociais, e integralmente às várias modalidades de educação no e para o trabalho;
- e) melhorando a qualidade do livro didático e o desempenho e formação dos docentes.

* Transcrito da obra *Plano Decenal de Educação para Todos, 1993-2003*, p.35-50, editada pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

2. Universalizar, com eqüidade, as oportunidades de alcançar e manter níveis apropriados de aprendizagem e desenvolvimento:

- a) assegurando a todas as unidades de ensino padrões básicos de provisão de ambiente físico, de recursos e tecnologias instrucionais, de competências pedagógicas e de gestão, para o desenvolvimento de processos de ensino de boa qualidade;
- b) reduzindo os diferenciais de progressão escolar e de desempenho cognitivo e social entre regiões, locais de domicílio e grupos sociais em situações específicas;
- c) oferecendo a estudantes de dez a 14 anos, em risco de deserção escolar, oportunidades apropriadas para mantê-los no sistema até à conclusão da educação fundamental, com eficaz educação no e para o trabalho;
- d) oferecendo ao trabalhador oportunidades educacionais no próprio local de trabalho, ou próximo a ele, de preferência antes da jornada de trabalho;
- e) implementando estratégias de ensino para atender às necessidades específicas de aprendizagem de cada aluno, assegurando a todos uma educação de qualidade que respeite e promova a construção da identidade da criança e do adolescente;
- f) diferenciando modalidades, métodos e estratégias educativas apropriadas às necessidades de aprendizagem de indígenas, crianças de áreas rurais pobres e de expansão de fronteiras, bem como de trabalhadores de setores informais;
- g) ampliando a jornada escolar e o ano letivo.

3. Ampliar os meios e o alcance da educação básica:

- a) situando a escola como espaço privilegiado e autônomo de gestão e desenvolvimento da aprendizagem e da formação do cidadão, incentivando-lhe a criatividade, a capacidade de inovação e de ajustamento cultural ao seu entorno social;
- b) proporcionando atenção integral à criança e ao adolescente, especialmente nas áreas de concentração de pobreza e fortalecendo as redes de educação infantil;
- c) enriquecendo o acervo de recursos e tecnologias de apoio à escola e aos professores e dirigentes;
- d) provendo modalidades diversificadas de educação continuada a jovens e adultos subescolarizados, incluindo capacitação socioprofissional, educação para a saúde e nutrição, o fortalecimento familiar e a integração ambiental;
- e) disseminando meios de informação, comunicação e ação social, em apoio às redes escolares locais, incluindo, entre outros, programas de educação aberta e a distância, centros de difusão cultural, bibliotecas, núcleos de multimeios e espaços de ação comunitária.

4. Favorecer um ambiente adequado à aprendizagem:

- a) adequando e articulando equipamentos sociais existentes para desenvolvimento de estratégias de atenção integral à criança e ao adolescente;

- b) consolidando a apropriação dos espaços socioculturais e os recursos das unidades de serviço do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente pelas comunidades locais e organizações da sociedade civil, a fim de concretizar ações relativas à pedagogia da atenção integral;
- c) estimulando experiências de organização escolar que ampliem a jornada escolar e o acesso a meios e processos de enriquecimento curricular, e que se destinem prioritariamente a crianças carentes;
- d) incentivando e apoiando experiências alternativas de integração de serviços de apoio ao educando, visando a integrá-las ao Sistema Nacional de Atenção Integral previsto na Lei nº 8.642/93;
- e) incrementando a participação da família e da comunidade no processo educativo.

5. Fortalecer os espaços institucionais de acordos, parcerias e compromisso:

- a) consolidando as parcerias entre o Ministério, as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, para sistematizar e racionalizar os esforços e recursos para a educação fundamental;
- b) articulando a ação das universidades, dos Conselhos de Educação e de outras organizações governamentais e não-governamentais, dos políticos, dos empresários, trabalhadores e outros segmentos sociais, no sentido de alcançar os objetivos do Plano;
- c) articulando a ação das universidades, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação no sentido de rever os cursos de formação do magistério, de definir mecanismos de aperfeiçoamento em serviço e de identificar formas de acesso ao ensino superior aos professores no exercício do magistério sem esse nível de formação;
- d) fortalecendo a gestão democrática da escola mediante a constituição e aperfeiçoamento de colegiados de pais e membros da comunidade escolar que participem ativamente da definição dos objetivos de ensino e da avaliação de seus resultados.

6. Incrementar os recursos financeiros para manutenção e para investimentos na qualidade da educação básica, conferindo maior eficiência e equidade em sua distribuição e aplicação:

- a) reestruturando o atual quadro de distribuição, entre níveis de governo, dos recursos fiscais e dos encargos de expansão e desenvolvimento e de manutenção e operação, para reduzir os efeitos dos diferenciais de capacidade fiscal, institucional e administrativa;
- b) criando fundos e mecanismos não convencionais de financiamento a programas e projetos inovadores em qualidade educacional e de equalização social de oportunidades, especialmente nas grandes concentrações demográficas de pobreza (regiões metropolitanas, cidades de médio porte e áreas rurais críticas);
- c) incrementando, em função das disparidades definidas, os gastos públicos acima dos níveis mínimos constitucionalmente determinados e ampliando mecanismos que assegurem amplo controle social de sua aplicação;
- d) definindo instrumentos para controle dos gastos públicos em educação de forma a evitar que os recursos que, legal e constitucionalmente, são destinados a essa área sejam aplicados em outros programas. Para tanto, deve-se recorrer a todas as instituições que podem contribuir nesse processo, inclusive as universidades.

7. Estabelecer canais mais amplos e qualificados de cooperação e intercâmbio educacional e cultural de caráter bilateral, multilateral e internacional:

- a) ampliando a aquisição, transferência e adaptação de conhecimentos, informações e experiências institucionais;
- b) expandindo e redirecionando os programas de formação e capacitação, inclusive no exterior, de recursos humanos para a educação básica;
- c) intensificando os mecanismos de interação e cooperação educacional e cultural com países latino-americanos;
- d) estreitando a cooperação com organismos internacionais, de forma a viabilizar um intercâmbio permanente sobre os avanços e tendências da política de educação básica.

B - Metas Globais

As metas a serem alcançadas nos próximos dez anos, ou em períodos intermediários, deverão atender aos seguintes escopos mínimos:

- » incrementar, em cerca de 50%, os atuais níveis de aprendizagem nas matérias do núcleo comum, tomando como referência os novos padrões de conteúdos mínimos nacionais e de competências básicas a serem nacionalmente determinadas com a participação dos sistemas de ensino;
- » elevar a, no mínimo, 94% a cobertura da população em idade escolar;
- » assegurar a melhoria do fluxo escolar, reduzindo as repetências, sobretudo na 1ª e 5ª séries, de modo que 80% das gerações escolares, no final do período, possam concluir a escola fundamental com bom aproveitamento, cumprindo uma trajetória escolar regular;
- » criar oportunidades de educação infantil para cerca de 3,2 milhões de crianças do segmento social mais pobre;
- » proporcionar atenção integral a crianças e adolescentes, sendo que 1,2 milhão através do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), em áreas urbanas periféricas;
- » ampliar o atendimento de jovens e adultos de modo a oferecer oportunidades de educação básica equivalente ao ensino fundamental para 3,7 milhões de analfabetos e 4,6 milhões de subescolarizados;
- » ampliar progressivamente a participação porcentual do gasto público em educação no PIB brasileiro, de modo a atingir o índice de 5,5%;
- » implantar novos esquemas de gestão nas escolas públicas, concedendo-lhes autonomia financeira, administrativa e pedagógica;
- » promover a revisão crítica dos cursos de licenciatura e da escola normal de forma a assegurar às instituições formadoras um novo padrão de qualidade, compatível com os requerimentos atuais da política de educação para todos;
- » dotar todas as escolas de ensino fundamental, urbanas e rurais, estaduais e municipais, de condições básicas de funcionamento;

- » aumentar progressivamente a remuneração do magistério público, através de plano de carreira que assegure seu compromisso com a produtividade do sistema, ganhos reais de salários e a recuperação de sua dignidade profissional e do reconhecimento público de sua função social;
- » descentralizar progressivamente os programas de livro didático e de merenda escolar.

C - Linhas de Ação Estratégica

O alcance dos objetivos e metas propostos requer o desenvolvimento de duas linhas de atuação, a partir das quais podem ser geradas condições de reversão do quadro educacional.

A primeira diz respeito à atuação sobre a demanda, correspondendo ao esforço empreendido, junto aos vários setores sociais, de elevar o reconhecimento da importância política e estratégica da educação fundamental, tanto na construção da ética e da cidadania quanto na condução de um desenvolvimento sustentado, socialmente justo.

O desenvolvimento que se pode imprimir à educação básica depende da importância que a Sociedade Civil e o Estado atribuam ao projeto educacional do País. Torna-se, assim, necessária a criação de espaços para que todos os movimentos organizados, associações de pais e ex-alunos, grupos empresariais e sindicatos possam contribuir e desempenhar um papel ativo na melhoria da educação oferecida em todo o País.

Torna-se imperioso, ainda, que os poderes públicos - Executivo, Legislativo e Judiciário - assegurem eficaz cumprimento dos mandatos constitucionais e legais e dos compromissos assumidos para a implementação do Plano Decenal de Educação.

Do mesmo modo, configura-se como essencial um amplo e consciente engajamento político dos profissionais de educação neste esforço, seja pela efetiva inserção de suas representações nos processos decisórios e de controle e avaliação do desempenho do sistema, seja pelo estabelecimento de acordos para sua valorização social e profissional.

A mobilização social em torno da qualidade e equidade da educação básica exige, ainda, participação organizada dos meios de comunicação de massa, na difusão dos debates públicos sobre o tema e na criação de clima favorável às mudanças educacionais que o País requer.

A segunda linha corresponde à atuação sobre a oferta. Seu eixo norteador é o reordenamento do binômio QUALIDADE E EQUIDADE, visando a atingir novos padrões educacionais compatíveis com o direito social de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Nesta dimensão, constitui prioridade consensual o atendimento à população em idade escolar, na educação fundamental, tendo em vista a necessidade de concentrar energias, meios e recursos na melhoria do ensino, propiciando escolaridade básica completa para eliminar o analfabetismo e a subescolarização dos jovens e adultos.

Para tanto, serão enfatizadas as seguintes ações:

1 - Estabelecimento de padrões básicos para a rede pública

Todas as escolas deverão ter garantidas as condições básicas de oferta, a serem definidas e pactuadas pelos diversos níveis de governo, para assegurar ambiente apropriado ao desenvolvimento do processo de ensino.

2 - Fixação dos conteúdos mínimos determinados pela Constituição

O MEC, com o concurso das representações educacionais e da sociedade, deverá propor e especificar os conteúdos nacionais capazes de pautar a quantidade de educação socialmente útil e de caráter universal a ser oferecida a todas as crianças, consideradas suas diferenças. Complementações curriculares serão propostas em cada sistema de ensino e escola, respeitando a pluralidade cultural e as diversidades locais. Igualmente pesquisas serão desenvolvidas para fundamentar avanços no âmbito das competências sociais, visando a enriquecer o processo curricular da escola.

3 - Profissionalização e reconhecimento público do magistério

A fixação e implementação de política de longo alcance para o magistério é condição precípua para que se atinja os objetivos de elevação dos padrões de qualidade educacional. Sendo uma questão complexa, sua elaboração deverá ser objeto de agenda especial de acordos e compromissos de co-responsabilidade, entre as administrações educacionais, econômico-financeiras e de relações de trabalho dos três níveis de governo (União, Estados e Municípios), com o envolvimento de instituições formadoras, sindicatos, associações profissionais e demais segmentos sociais interessados.

Paralelamente, devem ser intensificadas as ações voltadas para a reestruturação dos processos de formação inicial e continuada, abrangendo a revisão dos currículos dos cursos médios e superiores do magistério e dos programas de capacitação dos profissionais em exercício. Esse processo deve se estender a todas as categorias, destacando-se, inclusive, a dos dirigentes escolares, agentes importantes na melhoria da gestão do ensino.

Devem ser adotadas medidas legislativas e administrativas para tornar realidade o dispositivo constitucional que determina a valorização dos profissionais da educação. Planos de carreira capazes de promover a efetiva profissionalização do magistério, com base em referencial comum de padrões de remuneração e qualificação, devem ser assegurados.

4 - Desenvolvimento de novos padrões de gestão educacional

O sucesso do Plano Decenal pressupõe o reordenamento da gestão educacional, conferindo à escola a importância estratégica que lhe é devida como espaço legítimo das ações educativas e como agente de prestação de serviços educacionais de boa qualidade. Fortalecer a sua gestão e ampliar sua autonomia constituem, portanto, direção prioritária da política educacional.

Ao mesmo tempo, faz-se necessária uma ampla redefinição das funções, competências e responsabilidades de cada nível da administração educacional, buscando descentralizar e integrar suas ações e possibilitar gestão articulada dos programas de educação fundamental.

A União, através do MEC, desempenhará papéis de coordenar e articular a formulação e avaliação das políticas nacionais, a indução de inovações e o apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para corrigir diferenças e garantir a prevalência do princípio da equidade no atendimento à escolaridade obrigatória.

Dentro do espírito federativo e de acordo com as responsabilidades constitucionais, aos Estados e Municípios cumprirá explicitar seus respectivos encargos e compromissos em Planos Estaduais e Municipais de Educação, conforme as especificidades e características regionais e locais.

Estados e Municípios, através de seus órgãos representativos (Conselhos de Secretários de Educação e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), com o apoio e coordenação do Ministério da Educação e do Desporto, definirão uma metodologia de atuação integrada, de forma a permitir uma consistente integração da rede física e dos recursos, com vistas a possibilitar a unificação de ofertas de vagas (chamada escolar) e do atendimento escolar a todas as crianças.

Da mesma forma, em nível da normalização das ações educacionais, procurar-se-á definir com maior clareza o papel e a competência dos Conselhos, com o objetivo de desburocratizar a função educativa e ampliar o papel da escola.

5 - Estímulo às inovações

As diferentes clientela a serem atendidas trazem consigo necessidades de aprendizagem igualmente variadas, exigindo das escolas grande flexibilidade e capacidade de adaptação em seus planos de ensino e métodos de gestão. Para incentivar estas qualidades da escola, experiências inovadoras serão objeto de acompanhamento, avaliação, apoio e disseminação, tendo em vista estimular seu efeito de demonstração para o desenvolvimento de estratégias educativas aptas a suplantar as questões críticas do sistema, especialmente as que dizem respeito à “cultura da repetência”, à avaliação da qualidade e à eficiência e democratização da gestão escolar. Atenção deve ser dada ao resgate das experiências bem sucedidas, muitas vezes abandonadas em decorrência da descontinuidade administrativa.

6 - Eliminação das desigualdades educacionais

O princípio de equalização de oportunidades educacionais com qualidade requer especiais cuidados no planejamento e na administração de recursos do sistema. Será preciso criar mecanismos de discriminação positiva entre regiões, redes e escolas mais carentes, visando a compensar as diferenças nas disponibilidades e programação de insumos e nos resultados de aprendizagem. Assim, o MEC deverá dar continuidade às políticas, já em curso, de aperfeiçoamento dos critérios de distribuição de recursos aos Estados e Municípios, de implementação do Projeto Nordeste de Educação e do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), bem como de estímulo aos programas de capacitação docente em áreas críticas de baixo desempenho em aprendizagem.

7 - Melhoria do acesso e da permanência escolar

Do conjunto de esforços sobre a oferta de ensino, a permanência com sucesso na escola talvez constitua o maior desafio a ser enfrentado neste final de século, pois, além de elevar o nível de produtividade escolar, terá amplo impacto sobre o acesso. O desenvolvimento de medidas de melhoria da qualidade da iniciação escolar (quatro séries iniciais), associado a avanços resultantes de programas curriculares inovadores, permitirá ganhos progressivos no fluxo escolar.

Contribuirá para este resultado, também, o aperfeiçoamento dos processos de avaliação escolar, estimulando o progresso do aluno e superando a “cultura da repetência”, que constitui um considerável obstáculo a ser vencido.

De outra parte, a implementação de programas de enriquecimento curricular da 5ª à 8ª série, para atendimento aos alunos com atraso escolar, poderá ser combinada com a educação para o trabalho, ajudando a evitar a evasão precoce e aumentando a escolaridade média dos jovens.

Estas medidas, aliadas às anteriormente mencionadas (padrões de qualidade, currículo, magistério, gestão), permitirão obter impactos positivos sobre os níveis gerais de desempenho e rendimento. No entanto, esforços adicionais deverão ser empreendidos para determinados segmentos da clientela escolar (indígenas, crianças de áreas rurais pobres, meninos de rua, trabalhadores por conta própria, entre outros), mediante adoção de planos, métodos e instrumentos apropriados à satisfação de suas necessidades específicas de aprendizagem.

Destacam-se, neste caso, os que visem:

- a) ao atendimento da educação infantil a crianças provenientes de famílias em situação de pobreza, tendo em vista evidentes impactos que isto exerce sobre as oportunidades posteriores de educação fundamental. Em sua operacionalização será indispensável a participação de entidades não-governamentais, bem como aperfeiçoamentos na legislação que regula a participação de empresas na assistência aos filhos de seus empregados;
- b) à atenção integral à criança e ao adolescente, em unidades do PRONAICA e/ou em associação com outras organizações governamentais e não-governamentais;
- c) à integração à escola de crianças e jovens portadores de deficiência e, quando necessário, o apoio a iniciativas de atendimento educacional especializado;
- d) à oferta de programas diferenciados de avanço escolar para alunos já integrados ao mercado de trabalho, com regimes especiais de frequência, alternância pedagógica, educação a distância, entre outros;
- e) ao atendimento da criança indígena, com programa de ensino bilíngüe e pluricultural.

8 - Sistematização da educação continuada de jovens e adultos

Faz-se necessário estruturar e institucionalizar programas alternativos de educação continuada, com o objetivo de reduzir o contingente atual de analfabetos e elevar os níveis médios de escolaridade dos jovens e adultos subescolarizados. Entretanto, eles deverão resultar de amplos acordos de articulação entre as administrações estaduais e municipais de ensino, instituições especializadas de formação profissional e organizações não-governamentais aptas a operá-los em sistemas descentralizados, com elevada flexibilidade e versatilidade. Nesses acordos é necessária a participação de associações representativas das clientelas a serem atingidas, sobretudo as de trabalhadores e as patronais.

A variedade de contextos da clientela requer grande mobilidade de meios de atendimento e constantes ajustamentos às disponibilidades de tempo e possibilidades dos educandos. Diante disso, a alternância entre atendimento presencial – em tempo e locais determinados, especialmente nos de trabalho ou próximo a ele – e atendimento a distância deve ser largamente adotada, com utilização intensa de programas de teleeducação.

A variedade da clientela e de contexto requer também a disponibilidade de pessoal especialmente capacitado, principalmente alfabetizadores.

9 - Produção e disseminação do conhecimento educacional e das informações em educação

Os sistemas de ensino serão mais efetivos e relevantes na medida em que melhor dominem os processos de desenvolvimento e de aprendizagem de suas diferenciadas clientelas, os

recursos técnicos e científicos com que podem ser inovados e melhorados e as alternativas de constituição e gestão das unidades educacionais. Para tanto, faz-se necessário integrar e coordenar as políticas e mecanismos de estímulo e apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Educação, enfatizando a produção de investigações e de estudos voltados para a natureza e dinâmica dos processos de aquisição de competências humanas, para os métodos, técnicas, recursos didático-pedagógicos e estratégias de ensino e para o desenvolvimento de métodos e processos de gestão escolar. Bem assim, faz-se necessário ampliar a disponibilidade e a qualidade das informações sobre o desenvolvimento dos sistemas educativos, permitindo melhor monitoramento e avaliação de sua distribuição social e espacial, qualidade e eficiência.

Correspondentemente, cumpre fazer avançar os sistemas de disseminação destes conhecimentos e informações, de modo a torná-los francamente acessíveis a todos os segmentos da sociedade, em particular aos professores e demais agentes educativos atuantes nas bases dos sistemas, e, oportuna e agilmente, disponíveis em todos os níveis e setores da administração educacional.

10 - Institucionalização dos Planos Estaduais e Municipais

Dentro do espírito federativo e de acordo com as responsabilidades constitucionais, compete aos Estados e Municípios, articuladamente:

- » implantar e implementar seus Planos Decenais de Educação e seus desdobramentos, de acordo com as especificidades e características regionais e locais, tendo como referência os objetivos, metas e estratégias contidas no Plano;
- » institucionalizar as políticas públicas de ensino com perspectivas de médio e longo prazo, para superação da transitoriedade e descontinuidade de gestão e articulação cooperativa dos outros setores, de modo a tornar a Educação, de fato, a prioridade política demandada pela sociedade ao Poder Público;
- » engajar os mais amplos segmentos sociais na promoção, avaliação e divulgação dos esforços de universalização e melhoria da qualidade do ensino fundamental, instituindo comissões permanentes de mobilização e acompanhamento do Plano Decenal de Educação para Todos.

11 - Profissionalização da administração educacional

A melhoria dos níveis de qualidade do ensino requer a profissionalização tanto das ações do Ministério da Educação e do Desporto e dos demais níveis da administração educativa como a ação nos estabelecimentos de ensino. Esta profissionalização implica a definição de competências específicas e a dotação de novas capacidades humanas, políticas e técnicas, tanto nos níveis centrais como nos descentralizados, tendo como objetivo o desenvolvimento de uma gestão responsável. A profissionalização requer também a ampliação do leque de diferentes profissões envolvidas na gestão educacional, com o objetivo de aumentar a racionalidade e produtividade.

MEDIDAS E INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO*

A - Consolidação de Alianças e Parcerias

Impõe-se como medida prioritária de implementação do Plano Decenal a consolidação da aliança formada entre o MEC, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e o Fórum dos Presidentes de Conselhos Estaduais de Educação.

A experiência obtida na formação dessa aliança, no seu processo de trabalho e na formulação do Compromisso firmado na Semana Nacional de Educação para Todos deve ser objeto de ação continuada visando à sua institucionalização. Sendo o Brasil uma República Federativa, esta parceria entre os níveis de governo é condição imprescindível para a eficiente condução do processo de implementação e a avaliação dos resultados do Plano. Encontra respaldo constitucional no princípio de competências legais concorrentes da União e das unidades da Federação e no mandato de integração entre Estados e Municípios para provimento de serviços sociais.

Nestes mesmos moldes devem ser criados e institucionalizados, no âmbito dos sistemas de ensino, mecanismos para a gestão colegiada do Plano, envolvendo não apenas as representações governamentais, mas também as da sociedade civil. Em nível federal, o fortalecimento e ampliação do Comitê Consultivo do Plano configura medida de repercussões positivas sobre a implementação e sustentação política do Plano Decenal.

Como desdobramento dessa política, esforço haverá de ser feito por todas as instâncias de governo no sentido de, colegiadamente, definir e especificar o papel de cada entidade representativa da sociedade civil e das entidades governamentais e não-governamentais. Esta definição ensejará maior clareza e poderá potencializar inúmeras oportunidades existentes, institucionalizadas ou não.

No âmbito das unidades federadas, as alianças e parcerias deverão resultar em melhor compartilhamento de encargos e responsabilidades dos processos estaduais e municipais na manutenção e desenvolvimento dos sistemas de ensino. Cumpre salientar o papel a ser desempenhado, neste processo, pelos Conselhos Municipais, cuja criação e implantação se reconhece necessária, em estreita articulação com os Conselhos Estaduais de Educação.

Avançando a descentralização, pela integração dos sistemas e a participação social em sua gestão, dar-se-á maior consistência e efetividade aos Planos Decenais, contemplando as parcerias entre Estados e Municípios.

Releva notar que medidas de caráter legislativo e administrativo se farão necessárias para viabilizar as competências institucionais e as reformas propostas no domínio curricular,

* Transcrito da obra *Plano Decenal de Educação para Todos, 1993-2003*, p.51-65, editada pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

na formação do magistério, nas políticas salariais, de carreira e de profissionalização. Do mesmo modo, serão requeridas agilidade e facilidades que permitam ajustes na legislação dos sistemas de ensino para as novas experiências curriculares, processos de avaliação de ensino e outras inovações pedagógicas, fortalecendo, para tanto, parcerias com os Conselhos de Educação e com as Comissões de Educação dos legislativos nacional, estaduais e municipais.

B - Eficiência e Equalização no Financiamento

A implementação deste Plano contará com os recursos legal e constitucionalmente previstos para o ensino fundamental, recursos externos e recursos que venham a ser adicionados através de parcerias. O cumprimento das metas exige a reestruturação, o fortalecimento e agilização desse sistema de financiamento da educação em duas direções essenciais.

A primeira, no sentido de, no mínimo, recuperar os níveis de investimentos públicos alcançados ao final dos anos oitenta, ou seja, de cerca de 4,3% do Produto Interno Bruto, elevando-o no correr da década a um patamar de 5,5%. Para isso, serão ampliados os controles sociais e institucionais, de modo a garantir que cada nível de governo aplique, efetivamente, na educação, os recursos constitucionalmente determinados.

Além disso, deve-se conduzir uma adequada política de captação de recursos externos, permitindo realizar, com rentabilidade, investimentos que, de outro modo, teriam que ser postergados. Será necessário, também, incrementar, de modo socialmente equitativo, os investimentos privados em educação, especialmente mediante o apoio de empresas, sociedades civis e organizações não-governamentais, a escolas e programas educacionais inovadores e de boa qualidade, dando prioridade àqueles que atendem às clientelas mais pobres.

A segunda direção terá o sentido de conferir maior eficiência e equidade aos processos de programação e gestão dos recursos públicos, eliminando o desperdício e a superposição de ações. Isto se fará, em especial, mediante firme coordenação dos programas de investimento e de manutenção, a cargo dos Estados e dos Municípios. Exigirá compromissos de atuação integrada, fundados em acordos prévios, institucionalizados mediante convênios ou outros instrumentos, em que as responsabilidades de cada parte sejam claramente definidas.

Para garantir eficiência e equalização na política de financiamento, mecanismos especiais de supervisão e fiscalização deverão ser criados, de forma a permitir que segmentos representativos da sociedade civil possam ter participação efetiva nos órgãos do Executivo responsáveis pela alocação e distribuição dos recursos.

O MEC, com os recursos de que dispõe, deve atuar como estimulador dessas parcerias e como instrumento de redução das desigualdades entre as redes, entre as regiões e entre as áreas urbanas e rurais, pautando suas transferências pela qualidade, caráter inovador e alcance social dos projetos a serem apoiados.

Medidas específicas deverão complementar tais ajustes, destacando-se:

- 1 - a revisão de critérios de transferências de recursos intergovernamentais, levando-se em conta os diferenciais de capacidade fiscal, institucional e administrativa;
- 2 - a redefinição, clara e precisa, das reais prioridades estratégicas e funcionais dos programas e projetos em curso ou a iniciar, e dos ciclos temporais em que poderão ser

realizados, em face do estado atual de crise fiscal e das perspectivas de recuperação econômica;

- 3 - a implantação de mecanismos legais e institucionais que assegurem agilidade e eficiência nos financiamentos compartilhados (intergovernamentais e entre fontes governamentais e não-governamentais) e equidade em sua distribuição e programação;
- 4 - a implantação de fundos e mecanismos não convencionais de financiamento de programas inovadores de melhoria de qualidade educacional e de equalização social de oportunidades, especialmente nas grandes concentrações demográficas de pobreza (regiões metropolitanas, cidades de porte médio e áreas rurais críticas);
- 5 - a definição de mecanismos de controle da aplicação de recursos previstos, legal e constitucionalmente, para assegurar nível adequado de recursos para o setor;
- 6 - a retomada de propostas já aprovadas pelos países de que se organize fundo, com parte dos juros da dívida externa de países devedores, para o financiamento de programas de educação fundamental;
- 7 - melhoria e desenvolvimento da capacidade gerencial dos sistemas.

C - Desenvolvimento da Cooperação e Intercâmbio Internacional

A cooperação internacional é uma fonte de contribuições de inegável alcance para a formulação e implementação de uma política de educação para todos. Os conhecimentos e tecnologias acumulados internacionalmente são imprescindíveis para ampliar os horizontes de concepção e inovação dos processos de ensino e de administração educacional, requeridos para superar os obstáculos que o País enfrenta para universalizar com qualidade a educação básica.

Todavia, é importante fazer convergir os programas e ações de cooperação internacional na área da educação, para atender às necessidades básicas de aprendizagem da população brasileira, respeitando sua história e sua cultura.

Assim, deve-se buscar, através de acordos de cooperação, a transferência e a adaptação de métodos e tecnologias, por meio de intercâmbio de conhecimentos e informações. Para melhor assimilação e aproveitamento dessas transferências, serão direcionados para esses pontos de convergência, programas destinados à formação e atualização técnico-científica de recursos humanos, ampliando estas oportunidades a administrações educacionais nos Estados e Municípios.

Considera-se também relevante o intercâmbio de experiências administrativas, cujos avanços, em vários países, serão úteis aos processos de descentralização do sistema educacional e de democratização da gestão escolar.

D - Intensificação das Ações Governamentais em Curso

Não obstante o porte e complexidade dos problemas que se enfrentam e as dificuldades socioeconômicas e políticas apontadas, estão sendo desenvolvidas importantes ações corretivas e inovadoras. Uma das medidas de implementação do Plano Decenal consiste em intensificar essas ações e programas em andamento, compatibilizando-as com linhas de estratégias adotadas. Neste sentido, destacam-se:

1 - Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA)

O PRONAICA é um instrumento para alcançar os objetivos de atenção integral à criança e ao adolescente, compreendendo a defesa da criança e do adolescente, a promoção e defesa da saúde, creche, pré-escola e educação escolar, esporte e lazer, difusão cultural, educação para o trabalho, alimentação e teleeducação.

Esses subprogramas são executados em estruturas físicas especiais – os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – ou mediante adequação ou articulação de equipamentos sociais já existentes.

As estratégias do PRONAICA incluem mobilização das comunidades; administração compartilhada por União, Estados e Municípios e organizações comunitárias não-governamentais; participação de universidades e outras agências na formação e capacitação dos recursos humanos; e implantação de mecanismos nacionais e estaduais de acompanhamento, controle e avaliação.

2 - Projeto Nordeste de Educação

O Projeto tem o objetivo de melhorar a qualidade da educação fundamental, com ênfase no segmento da 1ª à 4ª série, aumentando as taxas de aprovação e o nível de aprendizagem dos alunos, tornando mais eficiente a gestão educacional e o suprimento de materiais de ensino-aprendizagem e recuperando infra-estruturas escolares. O Projeto conta com o financiamento de US\$ 418,6 milhões do Banco Mundial e de US\$ 317,9 milhões do governo federal e estaduais da Região.

O Componente Nacional do Projeto visa a consolidar a capacidade institucional do MEC para formular e implementar políticas no âmbito da educação básica – com o desenvolvimento e consolidação de sistemas de informações gerenciais e de acervos bibliográficos e capacitação das equipes técnicas do Ministério –, bem como, desenvolver o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e reestruturar os sistemas de distribuição do livro didático e da merenda escolar.

Suas metas – beneficiando a 6 milhões de alunos do ensino fundamental – incluem a capacitação de 625 mil professores, a distribuição de 100 milhões de exemplares de livros didáticos e a recuperação e/ou construção de 119 mil salas de aula. Para tanto, deverão ser implementados novos padrões de administração em nove Secretarias de Educação e aproximadamente duas centenas de projetos de inovação pedagógica e educacional nos Estados dessa Região.

3 - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)

Articulando a Secretaria de Educação Fundamental (SEF), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), a Coordenação de Planejamento Setorial (CPS) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vem sendo desenvolvido e implementado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, com a finalidade de aferir a aprendizagem dos alunos e o desempenho das escolas de primeiro grau e prover informações para avaliação e revisão de planos e programas de qualificação educacional.

Seus objetivos compreendem a pesquisa e desenvolvimento de métodos e instrumentos de avaliação escolar, a implementação, em universidades e centros de pesquisa, de núcleos ou centros regionais de estudos em avaliação, a formação e capacitação de recursos humanos para a área e, por fim, a produção de pesquisa aplicada para subsidiar políticas públicas de qualidade educacional.

O projeto congrega a cooperação técnica internacional, além do Componente Nacional do Projeto Nordeste de Educação, que financiará, com US\$ 5 milhões, parte das operações do sistema. Isto permitirá realizar avaliação de desempenho da educação básica em diferentes níveis e segmentos do sistema escolar.

4 - Programa de Capacitação de Professores, Dirigentes e Especialistas

O programa tem como objetivo promover mudanças substantivas na qualificação técnico-profissional dos docentes e especialistas, bem como dos métodos de gestão e organização dos sistemas de ensino e das unidades escolares. Inclui duas dimensões: (1) reestruturar a formação inicial dos profissionais; e (2) rever, sistematizar e expandir a formação continuada dos profissionais da educação básica.

A implementação dessas linhas de ação envolve projetos de iniciativa do próprio Ministério da Educação e do Desporto e, sobretudo, aqueles propostos pelos sistemas de ensino e financiados Pelo MEC. As universidades brasileiras e outras agências de formação estão sendo estimuladas a se integrarem ao programa, por meio de projetos de alta efetividade e com custos compatíveis com as necessidades e possibilidades das administrações dos sistemas de ensino.

Destaca-se, entre as ações em curso, o Programa Um Salto para o Futuro, dirigido a professores das quatro primeiras séries. O programa é produzido pela Fundação Roquette Pinto e veiculado pela Televisão Educativa, via satélite, contando com uma rede de telepostos aparelhados com telefone e fac-símile, o que permite integração e resposta imediata às questões dos professores. O Ministério também vem articulando ações de cooperação educativa internacional na área de formação e capacitação docente.

5 - Programa de Apoio a Inovações Pedagógicas e Educacionais

A consciência do agravamento da crise educacional gerou um amplo movimento, em administrações locais e em escolas, para superar a limitação dos meios, melhorar a gestão e o desempenho das unidades escolares e obter qualidade e equidade de oportunidades de aprendizagem. Para estimular e suprir recursos a tais iniciativas, o MEC criou o programa de Apoio a Inovações Pedagógicas e Educacionais, coordenado pela SEF e o INEP, no âmbito federal, articulando Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, organismos internacionais, organizações não-governamentais e centros especializados de estudos e pesquisas.

O Programa envolve um amplo levantamento nacional de ações inovadoras em gestão e processos pedagógicos escolares, o estudo e avaliação dos casos mais relevantes e a disseminação de informações para as organizações públicas e civis que conduzem iniciativas. Alocando recursos significativos da quota federal do Salário-Educação e do Componente de Inovações do Projeto Nordeste de Educação, o programa permite financiar projetos selecionados por sua criatividade e potencial de reprodução e por suas contribuições à melhoria da qualidade e à universalização da educação básica.

O Programa inclui ainda o fortalecimento e a ampliação da Coleção SEF/MEC intitulada "Textos Básicos para uma Reforma Educacional", que tem o objetivo de colocar ao alcance de todos os Estados e Municípios textos considerados fundamentais para o desenvolvimento da educação básica, no que se refere à divulgação tanto de experiências inovadoras quanto de atualidades pedagógicas oriundas de autores nacionais e estrangeiros.

6 - Desenvolvimento da Leitura e da Escrita

Tendo como pressuposto básico que o domínio da leitura e escrita constitui a base para se assegurar o êxito dos alunos no ensino fundamental e, conseqüentemente, o exercício pleno de sua cidadania, ações vêm sendo desenvolvidas pelo MEC, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino, com vistas à promoção da lecto-escritura na escola, de forma articulada à Política Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER, coordenada pela Fundação Biblioteca Nacional.

Neste sentido, cabe destacar, ao lado dos programas sistemáticos da Fundação de Assistência ao Estudante – Programas Nacional do Livro Didático, de Salas de Leitura e de Biblioteca do Professor – a implantação pela Secretaria de Educação Fundamental, com a cooperação do Governo Francês, do Projeto Pró-Leitura na Formação dos Professores para a Educação Fundamental, que objetiva elevar a qualidade da formação profissional dos docentes, mediante a estreita integração entre a sua formação teórica e prática.

Para desenvolver a prática diária do ler, do escrever e do dizer, o Pró-Leitura busca instrumentalizar professores e alunos de instituições de formação de professores de nível médio e superior e de escolas de aplicação (pré-escolar e ensino fundamental), mediante a realização de seminários, oficinas de trabalho, reuniões técnicas e, sobretudo, através do apoio à organização e dinamização das salas de leitura e bibliotecas escolares

7 - Expansão e melhoria da Educação Infantil

Considerando que a Educação Infantil é a primeira etapa do processo educativo e é integrante da Educação Básica, o MEC vem desenvolvendo ações de articulação com os sistemas de ensino e outros órgãos envolvidos no atendimento das crianças de zero a seis anos, visando à definição e execução de estratégias de expansão e melhoria da qualidade deste segmento da educação.

Destacam-se, como ações prioritárias na área, o desenvolvimento de propostas pedagógicas e curriculares para a educação nessa faixa etária e a implementação de ações de formação inicial e continuada de profissionais que nela atuam. Constitui preocupação especial a promoção da função educativa da creche (crianças até quatro anos), segmento que tem se caracterizado por atendimento predominantemente assistencial, deficitário no aspecto pedagógico.

A atuação do Ministério na área da Educação Infantil, em articulação com os órgãos executores, visa a favorecer o desenvolvimento infantil, nos aspectos físico, motor, emocional, intelectual e social; promover a ampliação das experiências e conhecimentos da criança pequena; e contribuir para que sua interação e convivência na sociedade sejam produtivas e marcadas pelos valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito.

8 - Sistema Nacional de Educação a Distância

Encontra-se em fase de estruturação o Sistema Nacional de Educação a Distância que, conforme previsto no Protocolo de Cooperação assinado pelo MEC e o Ministério das Comunicações, com a participação do CRUB, do CONSED e da UNDIME, deverá aprimorar e ampliar o programa de capacitação e atualização dos professores, monitorar e avaliar os programas e projetos de educação a distância, bem como desenvolver projetos de multimeios e de apoio à sala de aula. Estas ações abrangerão o ensino fundamental e pré-escolar, a educação especial, o ensino médio e tecnológico, além de prover suporte ao PRONAICA.

No âmbito do Sistema, está sendo instituído um consórcio de universidades, em articulação com o CRUB, visando a desenvolver programas de formação e educação continuada para discentes e docentes de todos os níveis de ensino, bem como a implementar ações de pesquisa e desenvolvimento para o uso de novas tecnologias de Telecomunicações e Informática na Educação. Programas de intercâmbio e de cooperação técnica deverão ser firmados com organismos nacionais e internacionais.

Buscar-se-á, ainda, ampliar e aprimorar a produção, edição e transmissão dos programas de educação a distância, por intermédio da Fundação Roquette Pinto, das emissoras que compõem o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), das emissoras de rádio e televisão educativos. O Sistema terá como suporte uma rede teleinformacional que se interligará à rede nacional de pesquisa e a uma rede teleinformacional de suporte ao desenvolvimento cultural. Esta rede poderá ser acionada desde um simples telefone público a um sistema avançado de computador, permitindo a qualquer cidadão o acesso ao conhecimento. Com o Sistema deverão ser incrementados projetos de alfabetização, formação inicial e continuada do cidadão brasileiro, constituindo prioridade o desenvolvimento dos recursos humanos do setor educacional.

9 - Programa de Integração da Universidade com a Educação Fundamental

Tem por objetivo estimular o comprometimento e apoiar a participação das instituições de ensino superior na implementação das políticas de melhoria da qualidade e do desempenho dos sistemas estaduais e municipais de ensino fundamental.

A capacitação e a atualização de professores, por meio de variados processos e estratégias, concebidos e executados por equipes universitárias qualificadas e articuladas às administrações educacionais locais, tem sido sua principal forma de atuação. Ademais, experimentos e estudos para desenvolvimento de processos de ensino e de livros e meios didáticos estão sendo estimulados.

A continuidade desta cooperação entre instituições de ensino superior e sistemas de ensino deverá conduzir, primordialmente, à melhoria do domínio dos conteúdos básicos pelos alunos do ensino fundamental, em particular os das séries iniciais, contribuir para um equacionamento mais decisivo de questões como a repetência e evasão e apoiar os esforços para o desenvolvimento da educação básica de jovens e adultos.

A coordenação do programa está a cargo da Secretaria de Educação Superior (SESu) em articulação com a Secretaria de Educação Fundamental (SEF), e financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

10 - Descentralização dos Programas de Assistência ao Estudante

Buscando integrar seus esforços aos dos Estados e Municípios, no objetivo de universalização da educação, O MEC, através da Fundação de Apoio ao Estudante (FAE), vem descentralizando seus programas de assistência ao estudante, especialmente os relativos à merenda e ao livro didático.

O regime de colaboração estabelecido entre União, Estados e Municípios, em que cada instância assume responsabilidades e custos, tem possibilitado maior eficiência na oferta dos serviços, evitando-se superposição de ações e desperdícios de recursos.

11 - Eficiência, Equalização e Agilização do Sistema de Financiamento

As contribuições do Salário-Educação constituem um vigoroso instrumento de financiamento da educação fundamental brasileira, aportando mais de dois bilhões de dólares aos orçamentos da União e das unidades federadas. Os recursos da Quota Federal – correspondente a um terço de sua arrecadação – são aplicados segundo critérios redistributivos, de modo a reduzir as desigualdades regionais de capacidade de financiamento educacional, destinando-se não menos de 25% a programas municipais de ensino.

Para contrabalançar os efeitos da crise fiscal, várias medidas estão em curso, sob a coordenação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), gestor desse sistema. Visam a tornar mais eficiente a arrecadação, aperfeiçoando seu processamento e procurando eliminar os focos de sonegação, bem como para modernizar e agilizar seus métodos de gestão, tornando mais rápidos e oportunos os repasses de recursos aos projetos apoiados pelo Fundo.

Faz-se necessário, em função de sua importância para o estímulo às inovações educacionais, à descentralização da gestão e ao aumento da eficiência dos sistemas de ensino, desenvolver seu potencial compensatório das diferenças sociais e regionais, reduzindo a concentração de seus benefícios nas áreas mais ricas do País, e aprimorar os mecanismos de definição e alocação de recursos através de uma “quota municipal”, fortalecendo-se, assim, a gestão local de ensino.

Esforços adicionais são feitos, também, para tornar mais rentável o gerenciamento financeiro dos recursos do Fundo, incrementando, deste modo, as suas disponibilidades e inovando suas fontes de captação, de modo a atender às necessidades postas pelo Plano Decenal de Educação.

No exercício de sua função equalizadora e de correção das disparidades educacionais entre regiões, Estados e Municípios, o MEC formulou e vem implementando uma sistemática de financiamento de projetos na área de educação básica. Essa sistemática adota novos procedimentos e critérios de equalização para a concessão de recursos provenientes do Tesouro Nacional e do Salário-Educação, destinados aos sistemas estaduais e municipais de ensino.

Protocolos de cooperação entre o MEC e as Secretarias Estaduais de Educação são firmados, visando a assegurar padrões básicos de oferta de serviços educacionais e redução de índices de repetência e evasão. A sistemática permite que Estados e Municípios mais pobres recebam maior volume de recursos, compensando deficiências de arrecadação e corrigindo, em parte, as desigualdades existentes.

COMPROMISSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS*

O período de aguda crise social e econômica que vive a Nação brasileira exige redobrados esforços para a consolidação da democracia e da cidadania. Nosso sistema escolar, de baixa qualidade e produtividade, não consegue responder às exigências de uma sociedade democrática e cidadã.

Apesar do avanço quantitativo do ensino fundamental observado na década de 80, o direito de todos à Educação, consagrado na Constituição de 1988, permanece ainda um desafio para o presente e o futuro.

Os compromissos assumidos necessitam, portanto, de uma reafirmação efetiva pela ação do Poder Público e de todos os segmentos da sociedade. Não podemos mais tolerar: de cada 1.000 crianças que ingressam na primeira série, apenas 45 concluem o ensino fundamental em 8 anos e sem repetência; da população de 15 anos e mais, 18,3% são ainda analfabetos.

A conquista de um padrão de escolarização de melhor qualidade, que permita inserir o Brasil em novo patamar de desenvolvimento, depende de ampla mobilização da sociedade. Neste sentido, os participantes da Semana Nacional de Educação para Todos, reunidos em Brasília - DF, de 10 a 14 de maio de 1993, decidiram propor a seguinte agenda de compromissos para orientar o Plano Decenal de Educação para Todos e, assim, responder aos reclamos da democracia e da cidadania no Brasil.

- 1 - Institucionalizar as políticas públicas de ensino com perspectivas de médio e longo prazo, para superação da transitoriedade e descontinuidade de gestão e a articulação cooperativa dos outros setores, de modo a tornar a Educação, de fato, a prioridade política demandada pela sociedade ao Poder Público.
- 2 - Assegurar eficiente e oportuna aplicação dos recursos constitucionalmente definidos, bem como outros que se fizerem necessários, nos próximos 10 anos, para garantir a conclusão do ensino fundamental para, pelo menos, 80% da população em cada sistema de ensino.
- 3 - Elevar a qualidade do ensino fundamental, reconhecendo a escola como espaço central da atividade educativa, dotado de estrutura material, pedagógica, organizacional e financeira capaz de oferecer à comunidade escolar condições de realizar o atendimento às necessidades básicas de aprendizagem das crianças e adolescentes.
- 4 - Atribuir às unidades escolares, nos sistemas de ensino, crescente autonomia organizativa e didático-pedagógica, propiciando inovações e sua integração no contexto local.
- 5 - Valorizar social e profissionalmente o magistério, por meio de programas de formação permanente, plano de carreira, remuneração e outros benefícios que estimulem a melhoria do trabalho docente e da gestão escolar.

* Transcrito da obra *Plano Decenal de Educação para Todos, 1993-2003*, p.85-87, editada pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

- 6 - Definir as competências e responsabilidades das diferentes instâncias e setores do Poder Público, em regime de colaboração, incorporando a participação de entidades, grupos sociais organizados e da família no processo de gestão das políticas educacionais e da escola.
- 7 - Engajar os mais amplos segmentos sociais na promoção, avaliação e divulgação dos esforços de universalização e melhoria da qualidade do ensino fundamental, instituindo um organismo permanente de mobilização, assessorado por grupo técnico de acompanhamento do Plano Decenal de Educação para Todos.

**ANAIS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PARA TODOS 1994**

**PLANO DECENAL
DE EDUCAÇÃO PARA TODOS
1993-2003
Sínteses dos Estados
REGIÃO CENTRO-OESTE**

(Documento de subsídio II)

APRESENTAÇÃO

O debate ocorrido nas escolas sobre o Plano Decenal constituiu a primeira etapa da Conferência Nacional de Educação para Todos. Em 1993, ele tinha sido discutido no âmbito dos sistemas estaduais e municipais de educação, sem, no entanto, ter chegado às instituições escolares, a não ser em alguns poucos exemplos. Nas reuniões, tanto do Comitê Consultivo quanto do Grupo Executivo do Plano, havia a nítida consciência de que ele precisava ser debatido pela comunidade escolar.

Com o apoio da iniciativa privada, fez-se uma grande edição do Plano (200.000 exemplares), remetendo, em seguida, para cada uma das 45.000 maiores escolas do País (acima de 100 alunos), 3 (três) exemplares, acompanhados de roteiro-sugestão para orientar a discussão.

Cada unidade federada, a partir da compatibilização progressiva do relatório-síntese da escola, elaborou o seu relatório, que foi posteriormente sintetizado, por Região, e apresentado na Conferência.

Em todo esse processo, contou-se com a participação e apoio do CONSED e da UNDI-ME, além de outras entidades representativas da sociedade civil.

Ao debater o Plano, a comunidade escolar teve duplo objetivo: colher críticas e sugestões, oriundas do interior da escola, e dar início a um conjunto de ações para o fortalecimento institucional da escola, a fim de adquirir condições e meios de fazer o seu projeto pedagógico e definir os seus compromissos no marco do Plano Decenal.

A existência de um plano referencial, em nível da União, e de planos correspondentes em nível dos estados e dos municípios, não é suficiente para garantir uma educação de qualidade para todos. O engajamento da escola é condição imprescindível e insubstituível. Cada escola precisa ter o seu plano, isto é, o seu projeto pedagógico, em parceria com a comunidade.

Plano Decenal de Educação para Todos Relatório-Síntese*

DISTRITO FEDERAL

SEMANA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS/ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL

No final do ano de 1993, sob a coordenação do Departamento de Planejamento Educacional da Secretaria de Educação, foi elaborada a versão preliminar do Plano Decenal de Educação do Distrito Federal, após o desenvolvimento das seguintes ações:

- divulgação, junto às equipes de professores atuantes nos níveis central (sede da Secretaria de Educação e da Fundação Educacional do Distrito Federal) e intermediário (divisões regionais de ensino), do objetivo do Plano Decenal de Educação para Todos, a partir do compromisso nacional de educação para todos, que estabeleceu a política educacional para os próximos anos;
- estudo e análise da primeira proposta do Plano Decenal elaborada pelo MEC, por grupos de trabalho das diferentes divisões regionais de ensino;
- debates e confronto de idéias, dentro dos grupos, buscando-se o consenso;
- debates e confronto de idéias entre os diferentes grupos;
- compatibilização das idéias dos diferentes grupos, que se revestiram de uma riqueza imensa, evidenciando a consciência geral da necessidade de se ter um plano que garantisse a continuidade do trabalho em busca da qualidade do ensino;
- elaboração, propriamente dita, da versão preliminar, que serviu, mais tarde, de ponto de partida para uma discussão mais ampla, envolvendo diferentes segmentos da sociedade.

ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL

Em 1994, já com o objetivo de elaborar a versão definitiva do Plano Decenal de Educação para Todos - DF, bem como de desenvolver ações preparatórias para a Conferência Nacional de Educação para Todos, e, após participar de diferentes encontros, inclusive promovidos pelo próprio MEC, esta Secretaria de Educação propôs ao Governador do Distrito Federal a criação da Comissão Especial, com representantes de escolas particulares e da comunidade, além, é evidente, das escolas públicas (Decreto nº 15.638, de 13.5.94).

Essa comissão realizou uma reunião com diretores das escolas particulares selecionadas pelo MEC, ocasião em que se discutiram os objetivos do Plano Decenal de Educação para

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.109-118, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

Todos; o trabalho a ser desenvolvido, em cada escola, visando ao Plano Decenal - DF; a importância da participação das escolas particulares na implantação e implementação do Plano Decenal. Posteriormente, foram enviados os planos às referidas escolas, após recebê-los do MEC.

Foram realizadas, ainda, algumas reuniões com as divisões regionais de ensino, Departamento de Pedagogia e suas divisões, quando foram discutidos os mesmos temas. Todos os participantes foram multiplicadores das informações, junto às equipes de trabalho e a todas as escolas da rede pública de ensino e, ainda, coordenadores dos debates. Ao final, foram encarregados de elaborar o documento-síntese, contendo sugestões de suas respectivas equipes.

Debate nas escolas

Em todas as escolas foram realizadas reuniões para análise de documentos, bem como para debates e discussões, em torno de temas voltados para a universalização do ensino fundamental, erradicação do analfabetismo e qualidade da escola pública.

Os debates envolveram toda a comunidade escolar, incluindo direção, professores, servidores, conselhos escolares, comunidade e alunos.

Os trabalhos foram coordenados pelos diretores, que, ao final, elaboraram um documento encaminhado à Divisão Regional de Ensino, que fez a compatibilização dos documentos de todas as escolas, gerando, assim, o presente documento-síntese.

1. A SITUAÇÃO ATUAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO DISTRITO FEDERAL

1.1. O acesso à escola

O Distrito Federal conta, atualmente, com uma rede escolar constituída por 743 estabelecimentos de ensino, sendo 199 particulares e 544 públicos, incluindo-se entre estes 34 escolas particulares conveniadas com a administração pública.

A matrícula na educação básica, em 1993, foi de 557.480 alunos, distribuídos nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como demonstra o Quadro 1.

QUADRO 1
MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO BÁSICA, POR NÍVEL E MODALIDADE DE ENSINO E
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - DISTRITO FEDERAL - 1993

NÍVEL/MODALIDADE DE ENSINO	MATRÍCULA		
	TOTAL	REDE PÚBLICA (1)	REDE PARTICULAR
TOTAL	557.480	461.675	105.805
Educação Infantil	51.372	27.392	23.980
Ensino Fundamental	367.784	308.087	59.697
Ensino Médio	69.876	55.316	14.560
Ensino Supletivo	64.275	56.707	7.568
Educação Especial	4.173	4.173	-

Fonte: GDF - SE - DEPLAN/DP

(1) Incluída a matrícula dos estabelecimentos particulares conveniados.

Já em 1990, o Distrito Federal apresentava a mais elevada taxa de escolarização do País: 92,4% da população de 7 a 14 anos freqüentava a escola, superando, em muito, a taxa brasileira para aquele ano: 84,2%.

Dados mais recentes revelam que o crescimento da matrícula na rede pública, no período 1990/93 (23,5%), foi superior ao crescimento da população como um todo no Distrito Federal (8,5%). Esses dados nos permitem pressupor que o percentual de escolarização do ano de 1990 já foi superado.

Em relação à educação infantil, o crescimento do atendimento à população de 4 a 6 anos foi apenas da ordem de 1,1%, computadas as matrículas da rede pública e da rede particular. Apesar do esforço de ampliação da oferta pública (14,5%), o atendimento à demanda, além de insatisfatório do ponto de vista global, se concentra nas cidades mais tradicionais. É praticamente inexistente a oferta de pré-escola para as crianças mais carentes que residem nos assentamentos mais recentemente implantados. O atendimento à faixa etária de 0 a 3 anos é inexpressivo e de domínio quase que exclusivo da rede particular. A rede pública expande sua oferta através dos CAIC.

No ensino médio, último dos três níveis da educação básica, o crescimento das matrículas no período de 1990/93 foi de 23,3%, sendo a rede pública responsável por 91,2% do incremento de matrículas. Em 1993, a estratégia de matrícula para o ano letivo de 1994 garantiu ao universo dos concluintes do ensino fundamental público oportunidade de acesso a um dos 11 cursos/habilitações ministrados nos 52 estabelecimentos públicos que ofertam esse nível de ensino. A política de atendimento a todos aqueles que demandam o ensino médio público, portanto, já foi deflagrada, exigindo, nos próximos anos, crescentes volumes de recursos para a absorção dos próximos contingentes de alunos oriundos do ensino fundamental.

1.2. O sucesso escolar

Se os dados de escolarização são tão positivos, o mesmo não se pode dizer do rendimento e da produtividade do ensino público: de cada 100 alunos que se matriculam na 1ª série, 55 concluem a 8ª série do ensino fundamental, segundo relatório do SAEB.

Outro indicador da produtividade é o número de matrículas/ano necessárias para produzir um concluinte. No ensino fundamental, com oito séries, teoricamente são necessárias oito matrículas/ano para produzir um formando. No Distrito Federal, encontra-se a melhor das situações entre as unidades da Federação: 14,47 matrículas/ano para um formando.

Os fatores responsáveis por essa situação são a evasão e a reprovação. Em média, no DF, desperdiça-se 44,7% das matrículas, 26,1% por evasão e 18,6% por reprovação. Enquanto, no Brasil, os evadidos permaneceram na escola por 4,2 anos, em média, no DF um aluno se evade após 5,5 anos de permanência.

2. ENSINO FUNDAMENTAL

A partir do quadro educacional do Distrito Federal, apresentado em grandes linhas no capítulo anterior, propõe-se para o decênio 1994/2003 as seguintes metas e estratégias de ação:

2.1. Acesso à escola

Metas

- Elevar a 98% a taxa de escolarização da população de 7 a 18 anos, no ensino fundamental.
- Proporcionar à população jovem e adulta, em especial a da faixa de 15 a 29 anos, educação escolar regular adequada às suas peculiaridades, elevando-lhe o nível de escolaridade para, no mínimo, o equivalente ao ensino fundamental.
- Garantir aos educandos portadores de necessidades especiais atendimento educacional adequado às suas peculiaridades.

Estratégias de ação

- Ampliação de espaços educacionais, através de construção e recuperação de salas de aula, para atender às novas demandas oriundas do crescimento da população e dos movimentos migratórios, internos e externos.
- Adoção de procedimentos sistemáticos de levantamento da população fora da escola e de atuação junto às famílias, no sentido de integrar esse contingente à vida escolar.
- Implantação de um programa de transporte escolar destinado, principalmente, a atender aos alunos residentes no meio rural e aos portadores de necessidades especiais.
- Ampliação da oferta de ensino noturno, principalmente, nas localidades em que se registra o maior número de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não completaram os estudos a ele equivalentes.
- Celebração de convênios com entidades governamentais e não-governamentais para ampliação dos programas voltados à erradicação do analfabetismo.

2.2. Sucesso escolar

Metas

- Reduzir os índices de evasão e reprovação escolar, de modo a permitir que pelo menos 80% dos que ingressam no ensino fundamental o concluam ao final de oito anos letivos.
- Assegurar, aos alunos dos diferentes níveis e modalidades da educação básica, melhor aproveitamento dos conteúdos mínimos estabelecidos na proposta curricular da rede pública de ensino.

Estratégias de ação

- Ampliação do tempo de permanência do aluno na escola, com um ano letivo mínimo de 200 dias e 1.200 horas dedicadas ao trabalho escolar efetivo.
- Instituição de sistema permanente da avaliação externa do rendimento escolar, que possibilite intervenções na área administrativa e pedagógica, no resguardo do padrão de qualidade estabelecido.

- Reorganização da rede escolar na zona rural, de modo a dotá-la dos requisitos e condições físicas, materiais e de pessoal equivalentes às das escolas urbanas, resguardada a tipicidade dessas escolas.
- Adoção de modernas tecnologias de ensino em toda a rede escolar para apoio à ação docente.
- Implantação de um programa de atendimento pedagógico especial destinado a alunos portadores de dificuldades específicas de aprendizagem.
- Ampliação de projetos de apoio ao estudante, especialmente no que se refere a material escolar, livro didático e saúde escolar.
- Suprimento dos recursos materiais necessários à implantação do currículo escolar.
- Ampliação e adaptação da rede física ao currículo proposto para a educação básica e a ampliação progressiva da jornada escolar para 6 horas.
- Revisão dos programas de capacitação dos profissionais da educação, com base na avaliação sistemática de desempenho dos docentes e não-docentes e nos resultados de aprendizagem.
- Implantação de um sistema de apoio à ação docente, integrando recursos humanos, materiais e financeiros nos níveis central, regional e escolar.

2.3. Gestão

Metas

- Modernizar a gestão do sistema educacional e da escola, de modo a permitir melhor alocação dos recursos disponíveis e maior atenção sobre as questões de natureza pedagógica.
- Adotar mecanismos de estímulo à implantação, pelos estabelecimentos de ensino, de projetos inovadores de metodologias, processos ou procedimentos direcionados à melhoria do ensino e da gestão escolar.
- Desconcentrar e descentralizar a administração da rede escolar, transferindo para unidades regionais e para os estabelecimentos de ensino competências e atribuições.

Estratégias de ação

- Atualização das normas que regem o sistema de ensino e do regimento das escolas, adequando-os às diretrizes do currículo renovado e aos princípios da gestão participativa e democrática.
- Construção, pelos estabelecimentos de ensino, de seu projeto pedagógico, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar representados pelo Conselho Escolar.
- Implementação de um programa sistemático de aperfeiçoamento do pessoal que atua em cargos de direção e chefia das unidades da administração central, regional e escolar.
- Revisão dos quadros de pessoal das unidades da administração central, regional e escolar, adequando-os, quantitativa e qualitativamente, às mudanças decorrentes da modernização de processos, procedimentos de rotinas e da descentralização administrativa.

- Transformação das unidades da administração regional do ensino em unidades orçamentárias.
- Repasse de recursos financeiros aos estabelecimentos de ensino da rede pública, que lhes permitam implementar propostas inovadoras ou manter a escola em condições adequadas de funcionamento.
- Implementação de projetos de preservação dos próprios escolares, envolvendo todos os segmentos que integram a comunidade escolar.
- Introdução, nas normas que regem as carreiras dos profissionais da educação, de incentivos à melhoria do desempenho docente e não-docente.

3. EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO

Simultaneamente às ações de universalização do ensino fundamental, o Distrito Federal, em cumprimento à Constituição Federal, expandirá o atendimento nos outros dois níveis da educação básica, a educação infantil e o ensino médio.

Metas

- Atender, em creches e pré-escolas, 50% da população de 0 a 6 anos, priorizando a faixa de 4 a 6 anos e as crianças pertencentes às camadas mais pobres da população.
- Oferecer oportunidade de continuidade de estudos no ensino médio a toda a população egressa do ensino fundamental público.

Estratégias de ação

- Expansão da rede física de prédios escolares destinados à educação infantil, especialmente nos núcleos populacionais mais carentes.
- Adoção de medidas incentivadoras à participação de entidades não-governamentais na expansão e manutenção da educação infantil.
- Ampliação do número de turmas da pré-escola nos estabelecimentos que ofertam outros níveis de ensino.
- Construção de prédios escolares destinados ao ensino médio, adequados aos cursos/habilitações que irão ofertar.
- Utilização de tecnologias educacionais que permitam a expansão da oferta do ensino médio e a redução de seus índices de evasão e reprovação.
- Adequação periódica da oferta de cursos profissionalizantes às características do mercado de trabalho.

4. OBSTÁCULOS A ENFRENTAR

A transformação progressiva da realidade atual da educação básica no Distrito Federal, rumo às metas estabelecidas nesse plano, deve considerar algumas dificuldades de ordem interna e externa ao sistema educacional. Historicamente, podem ser enumeradas:

- incapacidade da escola de realizar satisfatoriamente sua função essencial - ensinar, quando seus alunos pertencem aos segmentos mais pobres da população;
- incapacidade do sistema de ensino de resolver problemas fundamentais relativos aos estrangulamentos no fluxo escolar, principalmente os relacionados à alfabetização, às elevadas taxas de reprovação na 5ª série do ensino fundamental e na 1ª série do ensino médio;
- descontinuidade das políticas educacionais, bem como falta de precisão e clareza na definição de prioridades e metas a serem atingidas a curto, médio e longo prazos;
- descompasso entre políticas educacionais traçadas e práticas administrativas e pedagógicas adotadas;
- práticas de avaliação do sistema educacional episódicas, desarticuladas e desvinculadas das finalidades do sistema e dos resultados do processo educativo;
- descompasso entre o “avanço” das teorias pedagógicas que embasam as propostas para o sistema e a “resistência à mudança” na prática escolar efetiva;
- tratamento homogêneo dispensado pela administração do sistema de ensino a situações escolares inseridas em realidades socioeconômico-culturais heterogêneas;
- desequilíbrio entre excesso de professores com habilitação legal de nível superior, licenciatura plena, em algumas disciplinas e carência acentuada e progressiva em outras, principalmente, no que se refere à área científica e tecnológica;
- inadequação dos procedimentos tradicionais de capacitação de pessoal às necessidades de mudança de práxis docente e das relações sociais vivenciadas na escola;
- assunção pelo sistema escolar de responsabilidades de financiamento e prestação de serviços estranhos a suas reais finalidades, muitas vezes deslocando o eixo da atenção, e dos já escassos recursos, da questão que lhe é pertinente;
- constante processo migratório interno da população mais pobre, acarretando necessidades permanentes de expansão da rede física para atendimento a assentamentos criados ou expandidos;
- agravamento da situação socioeconômica da população que demanda a escola pública, em especial dos contingentes mais carentes, acarretando o ingresso precoce de crianças e adolescentes na força de trabalho e a impossibilidade da família de cumprir, a contento, papéis que lhe são atribuídos pela escola no tocante à aprendizagem dos alunos;
- restrições orçamentárias, decorrentes de limitações quanto à expansão e diversificação da economia local, em função de o Distrito Federal abrigar a Capital da República, o que compromete o crescimento da receita própria do GDF e o submete a uma dependência à União superior à das demais unidades da Federação.

Plano Decenal de Educação para Todos Relatório-Síntese*

GOIÁS

APRESENTAÇÃO

Imbuída da responsabilidade de conduzir e articular a elaboração dos relatórios-síntese das unidades escolares e ciente da importância desse trabalho para a continuidade das ações do Plano Decenal de Educação para Todos, a Secretaria da Educação, Cultura e Desporto do Estado de Goiás procurou racionalizar os trabalhos e orientar a realização do debate escolar, de forma que os resultados atingissem níveis satisfatórios, em termos de amostragem e produto.

Nesse sentido, a equipe técnica responsável pelos trabalhos elaborou os instrumentos necessários, prestou a assessoria, formal e informal, e procedeu à consolidação de todos os relatórios enviados, em número de 102 (cento e dois).

A análise foi feita de forma exaustiva, procurando aproveitar, ao máximo, o conteúdo apresentado. Os dados, informações e julgamentos desse relatório são fruto de um trabalho técnico, imparcial e rigorosamente autêntico. O relato desse documento é a própria fala da escola.

Apesar de todo esforço empreendido para reorganizar e transformar o ensino público em Goiás e resgatar a credibilidade da escola, com resultados positivos nos últimos anos, o relatório acusa um vasto campo de trabalho para o próximo decênio. Induz a um único caminho - priorizar a ação pedagógica, passando pela valorização do magistério, o que reforça as metas globais do Plano Decenal do Estado e confirma o desafio que todos nós temos que enfrentar.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A seleção feita pelo MEC para realização dos debates e elaboração dos relatórios abrange 27 delegacias, 205 municípios e 1.805 unidades escolares. Participaram dos trabalhos: 24 delegacias (89%), 71 municípios (35%), num total de 1.973 escolas. Ressalta-se um número significativo de escolas que participaram, espontaneamente, sem pertencer ao universo selecionado. Foram consolidados 102 relatórios-síntese das delegacias e secretarias abaixo relacionadas:

Delegacias Regionais de Educação - DRE

Metropolitana, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Catalão, Ceres, Formosa, Goianésia, Goiás, Inhumas, Iporá, Itaberaí, Itumbiara, Jataí, Jussara, Lusiânia, Morrinhos, Piracanjuba, Pires do Rio, Porangatu, Posse, Rio Verde, São Luiz de Montes Belos, Trindade e Uruaçu.

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.131-153, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

Secretarias Municipais de Educação - SEMEC

Abadiânia, Cocalzinho, Goianópolis, Mimoso de Goiás, Nerópolis, Ouro Verde de Goiás, Padre Bernardo, Terezópolis, Jesópolis, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Cristianópolis, Hidrolândia, Senador Canedo, Corumbaíba, Cabeceiras, Formosa, Vila Boa, Aruana, Goiás, Araçu, Brazabrantes, Caturaí, Damolândia, Goianira, Inhumas, Itauçu, Nova Veneza, Santa Rosa de Goiás, Taquaral de Goiás, Santo Antônio de Goiás, Itumbiara, Panamá, Caçu, Itajá, Jataí, Itarumã, Santa Rita do Araguaia, Serranópolis, Aparecida do Rio Doce, Jus-sara, Luziânia, Caldas Novas, Marzagão, Mairipotaba, Piracanjuba, Estrela do Norte, Formoso, Novo Planalto, São Miguel do Araguaia, Guarani de Goiás, Iaciara, Posse, São Domingos, Acreúna, Maurilândia, Montividiu, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Castelândia, Turvelândia, Santo Antônio da Barra, Indiara, Silvânia, Avelinópolis, Campinorte, Hidrolina, Mara Rosa, Niquelândia e São Luiz do Norte.

A participação da rede particular foi pouco significativa, em número de 07, e por isso, seus relatórios foram computados apenas na síntese descritiva.

PROBLEMÁTICA EDUCACIONAL DIAGNOSTICADA E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO

Os relatórios elaborados pelas delegacias regionais, secretarias municipais de educação e escolas particulares apresentam um elenco de problemas, de naturezas diversas, que caracterizam o quadro da situação educacional em Goiás. Como já era esperado, a análise evidenciou alguns pontos críticos, que merecem a atenção daqueles que detêm o poder de decisão, e dos que têm, sob sua responsabilidade, a competência de executar. As escolas souberam apontar alternativas consistentes e coerentes que poderão reverter o quadro, se houver comprometimento e engajamento político, desde o planejamento até o controle e avaliação do desempenho escolar.

A mudança educacional que a escola quer pode ser vista sob dois aspectos: intrínseco, quando as alternativas de solução dependem dela própria, e extrínseco, quando as soluções dependem diretamente do poder público, não podendo ser encaminhadas pela escola sem que haja uma política de apoio, respaldada em medidas eficazes de sustentação técnica, financeira e fortalecimento institucional. Ao analisar as propostas, chegou-se à conclusão de que a escola, acostumada ao sistema paternalista da educação pública brasileira, acomodou-se um pouco e não está conseguindo evoluir na superação de seus problemas, utilizando o potencial humano de que dispõe.

Vale ressaltar que a caracterização geral do estado inclui, no final, problemas específicos da “Comunidade Kalunga”, os quais exigem soluções imediatas.

A seguir, uma síntese dos relatórios encaminhados à Secretaria, que se divide em duas partes: uma descritiva e outra estatística, contida nos Quadros I, II, III, IV, V, VI e VII.

Nº de ordem: 01

Problemática:

Desequilíbrio na oferta de vagas e condições de acesso escolar. Pela falta de uma análise completa e criteriosa da cobertura educacional e de recursos financeiros suficientes para cobrir a demanda, registram-se, ainda, a permanência de déficits e ociosidade, desigualdade na oferta de educação básica entre as zonas urbana e rural, escassez de programas de educação

continuada para jovens e adultos, incipiente atendimento à população infantil e falta de infraestrutura física, material e humana para atendimento adequado aos portadores de necessidades especiais de aprendizagem. Somam-se a tudo isso as desigualdades qualitativas na oferta dos serviços educacionais inter e extra-redes.

Incidência: 100 %

Alternativa de solução:

- Avaliação constante da cobertura educacional para direcionar a expansão da demanda escolar.
- Realização da chamada escolar em parceria estado/município e sensibilização das famílias para o encaminhamento dos filhos à escola, num esforço conjunto, e para sua permanência na mesma.
- Construção e ampliação de salas de aula para expansão do atendimento a crianças, jovens e adultos.
- Municipalização gradativa do ensino fundamental.
- Racionalização no uso dos espaços físicos escolares.
- Busca de acordos e parcerias entre os governos federal, estadual, municipal, entidades filantrópicas e confessionais para universalização do ensino e atendimento especializado.
- Apoio a iniciativas particulares mantenedoras de serviços educacionais.
- Construção de quadras polivalentes destinadas ao desenvolvimento de atividades esportivas, artísticas, culturais e recreativas.
- Ampliação das oportunidades de preparação para o trabalho, estendendo-as à clientela de ensino especial e da zona rural.
- Envolvimento da sociedade como um todo na luta contra o analfabetismo.
- Criação de escolas de tempo integral.
- Construção de escolas-pólo na zona rural, para atendimento à clientela de 5ª a 8ª série.
- Fortalecimento do sistema de segurança nas escolas.
- Adequação do calendário escolar às características regionais.

Nº de ordem: 02

Problemática:

Precário estado de conservação das instalações físicas das unidades escolares, caracterizado pelo grande número de problemas relacionados à falta de uma permanente e adequada alocação de recursos financeiros destinados à manutenção da rede escolar e pela ausência quase total de iniciativas locais no sentido de assumir a escola como bem comunitário e, portanto, da responsabilidade de todos.

Incidência: 74%

Alternativa de solução:

- Adoção de uma política permanente de manutenção e conservação da rede física escolar.
- Fortalecimento do processo de descentralização da gestão dos recursos financeiros destinados à reforma, ampliação e manutenção dos prédios escolares de zona rural e urbana.
- Envolvimento da comunidade como co-responsável pela manutenção e conservação dos prédios escolares.

Nº de ordem: 03

Problemática:

Carência generalizada de recursos materiais, desde os mais comuns e rotineiros, até os insumos didático-pedagógicos modernos. A limitação da escola, em termos da infra-estrutura material educativa, é enorme - falta de material de consumo, equipamentos básicos e específicos, recursos tecnológicos e outros. A carência atinge a escola como um todo, o professor e o aluno, em todos os níveis e modalidades de ensino. Pela análise dos relatórios, parece só não faltar quadro e giz, exceção feita às maiores e melhores escolas.

Incidência: 100%

Alternativa de solução:

- Suprimento das necessidades básicas das unidades escolares, em termos de equipamentos, mobiliário, material permanente, de consumo, didático-pedagógico e tecnológico.
- Adoção de uma política de manutenção e recuperação permanente de equipamentos e mobiliário.
- Suprimento de pessoal treinado para o manuseio de equipamentos específicos.

Nº de ordem: 04

Problemática:

Prática pedagógica distanciada das exigências atuais do ensino. A própria escola está afirmando que o ensino é "cansativo e desinteressante, o currículo é inadequado, o processo de avaliação é deficiente, não há assessoramento pedagógico e as condições oferecidas ao professor são limitadas quando não desfavoráveis". A escola não está preparada nem motivada para criar estratégias novas e inovar os procedimentos de ensino. Em consequência, as escolas apontam os elevados índices de evasão e repetência como o problema central e comprometedor da função socioeducativa escolar.

Incidência: 100 %

Alternativa de solução:

- Implantação e implementação do serviço de orientação pedagógica na escola e assessoramento constante por parte da administração centralizada.

- Reaparelhamento das delegacias regionais e secretarias municipais de educação para melhor assistência didático-pedagógica às unidades escolares.
- Aperfeiçoamento do currículo do ensino fundamental, definindo componentes unificados em nível nacional e garantindo flexibilidade necessária às adequações regionais.
- Reestudo dos programas de ensino que possuem peculiaridades próprias: zona rural, iniciação profissional, cursos profissionalizantes e noturnos.
- Efetivação do planejamento curricular e do ensino integrado e cooperativo.
- Redefinição do processo de avaliação, através de mecanismos e instrumentos que permitam uma avaliação diagnóstica, paralela, contínua, libertadora e democrática.
- Revisão crítica periódica do desempenho escolar.
- Modernização do processo de ensino.
- Realização de encontros pedagógicos e seminários para troca de experiência entre as escolas estaduais, municipais e particulares.
- Realização de estudos e pesquisas voltadas para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.
- Reflexão constante da prática pedagógica desenvolvida, na busca de soluções para os problemas existentes.
- Redução do número de alunos por sala.
- Ampliação e adequação dos recursos complementares da ação pedagógica: laboratórios, salas de leitura, audiovisuais, oficinas e outros.
- Criação, atualização e manutenção de bibliotecas públicas e escolares.
- Criação de classes de reforço de aprendizagem para alunos com baixo nível de aproveitamento escolar.
- Recuperação paralela e atendimento individualizado a alunos com dificuldades de aprendizagem.
- Estabelecimento de programas alternativos de avanço escolar.
- Envolvimento do aluno na busca de alternativas para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Nº de ordem: 05

Problemática:

Inadequação da política de desenvolvimento de recursos humanos, que se desdobra em falta de pessoal habilitado, ineficiência das agências de formação de professores, deficiência quantitativa e qualitativa dos recursos de capacitação, falta de política adequada de valorização profissional em termos de carreira e padrões de remuneração.

Incidência: 100%

Alternativa de solução:

- Definição e execução de uma política de capacitação permanente de recursos humanos.
- Criação de oportunidades para habilitação de professores leigos através de convênios com a universidade e demais agências de formação profissional.
- Criação e instalação de centros regionais para a realização de cursos de capacitação de pessoal técnico, administrativo e docente.
- Oferecimento de cursos para treinamento, aperfeiçoamento e atualização de diretores, secretários e coordenadores pedagógicos e professores, em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades do sistema: estrutura e funcionamento da unidade escolar, conteúdos e metodologias de ensino e relações interpessoais.
- Definição e implantação de uma política salarial e plano de carreira que assegurem o compromisso com a qualidade do ensino, ganho real de salário, incentivo à profissionalização e reconhecimento público da função social do magistério.
- Definição e implantação de uma política salarial e plano de carreira para o pessoal administrativo que atua na educação.
- Realização de estudos com vistas ao remanejamento de pessoal e suplementação dos quadros existentes.
- Aperfeiçoamento e revitalização das agências formadoras de professores em nível de 2º e 3º graus e redimensionamento do estágio supervisionado.

Nº de ordem: 06

Problemática:

Sistema fechado de gestão escolar, que se faz sentir em nível interno e externo. Há falta de relacionamento entre os membros da comunidade escolar, e as ações de envolvimento da comunidade como um todo são pouco significativas. Através de várias citações, a escola reafirma o seu próprio isolamento. Pela análise, configura-se um modelo de administração centralizador, a falta de iniciativa da escola na busca de ampliação de sua autonomia, a falta de intercâmbio entre as escolas e, dessas, com outras instituições afins, o descompromisso das autoridades governamentais com a priorização da educação, interferência político-partidária, tudo isso concorrendo para a descontinuidade das políticas educacionais, desconhecimento da realidade das escolas, desvalorização do ensino público e fragilidade da vivência democrática.

Incidência: 64%

Alternativa de solução:

- Aperfeiçoamento da gestão escolar através da criação de: Conselho de Classe, Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantil, Caixa Escolar e da integração com os conselhos municipais, comunitários e tutelares, tornando-a participativa e democrática.
- Fortalecimento da gestão escolar, mediante a ampliação da autonomia administrativa, financeira e pedagógica.

- Adoção de critérios técnicos que permitam a observância de perfis profissionais adequados e participação da comunidade escolar na escolha dos dirigentes.
- Estabelecimento e articulação de parcerias em nível de comunidade para incremento de recursos financeiros.
- Continuidade das políticas educacionais.
- Estreitamento das relações entre a secretaria, delegacias e secretarias municipais com a unidade escolar, substituindo o atual sistema de cobrança e imposição por ajuda e reconhecimento.
- Maior entrosamento e integração entre escola, família e comunidade em geral, para uma convivência democrática e ajuda mútua.
- Participação efetiva dos pais e alunos no cotidiano da escola, buscando a viabilização dos projetos educacionais.
- Desenvolvimento de programas socioculturais e esportivos de forma congregada escola/comunidade.
- Participação em projetos, programas e campanhas comunitárias na área de educação e saúde do escolar.
- Luta conjunta pela eliminação de preconceitos, tabus e falta de liberdade, que impedem a vivência da cidadania plena no cotidiano escolar.

Nº de ordem: 07

Problemática:

Irregularidades dos programas de assistência ao estudante, ou seja, no fornecimento de material escolar básico, alimentação e livro didático, na prestação de assistência médico-odontológica e ambulatorial e no transporte escolar. As escolas, de modo geral, apontam as falhas do sistema assistencial, que, em síntese, foram traduzidas em atendimento insuficiente, época inoportuna e excesso de burocracia na execução dos projetos. Pela análise constata-se que a eficiência dos programas é altamente dificultada pelo processo de aquisição e distribuição dos bens de consumo destinados à população menos favorecida.

Incidência: 92%

Alternativa de solução:

- Fortalecimento do programa de alimentação escolar, garantindo a distribuição durante o ano todo e em tempo hábil.
- Complementação da merenda escolar através da horta escolar e comunitária.
- Municipalização da merenda escolar.
- Alteração dos critérios de produção, seleção e distribuição do livro didático.
- Distribuição do material básico do aluno no início do ano letivo.
- Instalação e manutenção, nas escolas, de estruturas permanentes de serviços médico-odontológico, ambulatorial e psicológico.
- Financiamento do transporte escolar, principalmente para a clientela da zona rural.

Nº de ordem: 08

Problemática:

Destinação insuficiente e inadequada de recursos financeiros. Os problemas enumerados traduzem-se em insignificante aplicação de recursos na manutenção da infra-estrutura física, material, humana e pedagógica das escolas; excessiva burocracia na liberação de verbas, provocando a sua utilização com atraso; clientelismo na distribuição de recursos e falta de fiscalização na aplicação dos mesmos por parte do MEC, Estado e sociedade. Apesar do grande esforço no sentido de ampliar os recursos destinados à educação, eles ainda são insuficientes diante da vastidão e complexidade das necessidades do Estado.

Incidência: 87%

Alternativa de solução:

- Priorização orçamentária da educação de crianças, jovens e adultos.
- Racionalização da aplicação dos recursos financeiros.
- Fiscalização e controle da aplicação dos recursos destinados à educação.
- Consolidação de parcerias na alocação de recursos financeiros.
- Liberação dos recursos em tempo hábil.

(Quanto à Comunidade Kalunga)

Nº de ordem: 01

Problemática:

Falta de recursos financeiros para suprir necessidades especiais: salva-vidas, combustível para transporte (barco), encanamento de água, vasilhame, tela para cerca de horta escolar, material didático-pedagógico e outros indispensáveis ao funcionamento da escola.

Alternativa de solução:

- Destinação de recursos financeiros para atender às necessidades não só emergenciais, como também de manutenção.

Nº de ordem: 02

Problemática:

Precário estado de conservação da escola Kalunga.

Alternativa de solução:

- Reforma urgente da escola Kalunga.

Nº de ordem: 03

Problemática:

Falta de escolas nas comunidades Kalunga de: Curral Taboca, Vão de Moleque, Contenda, Barro do Bezerro e Areia.

Alternativa de solução:

- Construção de escolas para universalizar a oferta de vagas nas cinco comunidades Kalunga.

Nº de ordem: 04**Problemática:**

Necessidade de reciclagem para os professores que atuam na escola Kalunga.

Alternativa de solução:

- Promoção de cursos específicos para reciclagem dos professores que atuam na escola Kalunga.

QUADRO I**DEMONSTRATIVO DO FLUXO/DESEMPENHO ESCOLAR DA REDE ESTADUAL - ANO BASE:1993**

UF: Goiás- Nº DE DELEGACIAS REGIONAIS DA EDUCAÇÃO (Participantes): 24 - Nº de Escolas:983

NÍVEIS DE ENSINO	MATRÍCULA					TRANSFERÊNCIA		EVASÃO		APROVAÇÃO		REPROVAÇÃO	
	NOVOS		REPETENTES		TOTAL	QUANTI-TATIVO	%	QUANTI-TATIVO	%	QUANTI-TATIVO	%	QUANTI-TATIVO	%
	QUANTI-TATIVO	%	QUANTI-TATIVO	%									
Pré-escolar (1)	2997	98	66	-	3063	247	8	410	14	2338	76	68	2
TOTAL	2997	98	66	-	3063	247	8	410	14	2338	76	68	2
Pré-alfab. (2)	6022	100	-	-	6022	348	6	769	12	4901	81	4	1
TOTAL	6022	100	-	-	6022	348	6	769	12	4901	81	4	1
CBA(3)1ª Série	1891	100	-	-	1891	143	8	345	18	1403	74	-	-
2ª Série	1898	100	-	-	1898	116	6	214	11	1568	83	-	-
3ª Série	2012	100	-	-	2012	176	9	236	12	1600	79	-	-
TOTAL	5801	100	-	-	5801	435	7	795	14	4571	79	-	-
Ensino Especial (4) 1ª Série	279	85	50	15	329	25	8	38	11	244	74	22	7
2ª Série	27	100	-	-	27	2	7	13	48	12	45	-	-
TOTAL	306	86	50	14	356	27	8	51	14	256	72	22	6

Fonte: Delegacias Regionais de Educação -DRE

(1) Dados apresentados por 02 DRE

(2) Dados apresentados por 02 DRE

(3) Dados apresentados por 01 DRE

(4) Dados apresentados por 02 DRE

QUADRO II

DEMONSTRATIVO DO FLUXO/DESEMPENHO ESCOLAR DA REDE ESTADUAL - ANO BASE:1993

UF: Goiás- Nº DE DELEGACIAS REGIONAIS DA EDUCAÇÃO (Participantes): 24 - Nº de Escolas: 983

NÍVEIS DE ENSINO	MATRÍCULA					TRANSFERÊNCIA		EVASÃO		APROVAÇÃO		REPROVAÇÃO	
	NOVOS		REPETENTES		TOTAL	QUANTI-TATIVO	%	QUANTI-TATIVO	%	QUANTI-TATIVO	%	QUANTI-TATIVO	%
	QUANTI-TATIVO	%	QUANTI-TATIVO	%									
Ensino Fundamental (1)													
1ª Série	64062	83	13200	17	77262	6931	9	12767	16	46058	60	11506	15
2ª Série	51646	86	8374	14	60020	5767	10	7402	12	38335	64	8516	14
3ª Série	51735	87	7512	13	59247	5600	10	7234	12	38498	65	7915	13
4ª Série	49586	90	5440	10	55026	4901	9	6506	12	37954	69	5665	10
5ª Série	70434	82	15656	18	86090	6048	7	19438	22	42775	50	17829	21
6ª Série	54448	84	10038	16	64486	4629	7	13110	21	35568	55	11179	17
7ª Série	42602	87	6177	13	46779	3554	7	9707	20	29192	60	6326	13
8ª Série	35078	91	3641	9	38719	2851	7	6780	18	25228	65	3860	10
TOTAL	419591	86	70038	14	489629	40281	8	82944	17	293608	60	72796	15
Ensino Médio (2)													
1º Ano	17536	85	2980	15	20516	1016	5	6222	30	9892	48	3386	17
2º Ano	10619	88	1427	12	12046	638	5	2620	22	7504	62	1284	11
3º Ano	6558	93	498	7	7056	321	5	1036	15	5262	74	437	6
4º Ano	58	100	-	-	58	-	-	27	47	31	53	-	-
TOTAL	34771	88	4905	12	39676	1975	5	9905	25	22689	57	5107	13

Fonte: Delegacias Regionais de Educação -DRE

(1) Dados apresentados por 24 DRE

(2) Dados apresentados por 03 DRE

QUADRO III

DEMONSTRATIVO DO FLUXO/DESEMPENHO ESCOLAR DA REDE ESTADUAL - ANO BASE:1993

UF: Goiás- Nº DE DELEGACIAS REGIONAIS DA EDUCAÇÃO (Participantes): 24 - Nº de Escolas: 983

NÍVEIS DE ENSINO	MATRÍCULA					TRANSFERÊNCIA		EVASÃO		APROVAÇÃO		REPROVAÇÃO	
	NOVOS		REPETENTES		TOTAL	QUANTI-TATIVO	%	QUANTI-TATIVO	%	QUANTI-TATIVO	%	QUANTI-TATIVO	%
	QUANTI-TATIVO	%	QUANTI-TATIVO	%									
Educ. Básica Supl. (1)													
1ª Série	648	89	83	11	731	14	2	382	52	283	39	52	7
2ª Série	290	86	48	14	338	1	1	160	47	128	38	49	14
3ª Série	413	93	33	7	446	4	1	190	43	187	42	65	14
4ª Série	136	96	6	4	142	-	-	32	23	83	58	27	19
TOTAL	1487	90	170	10	1657	19	1	764	46	681	41	193	12
Proj. Saturnus Supl. II (2)													
1ª Série	353	90	39	10	392	2	1	176	45	158	40	56	14
2ª Série	326	91	33	9	359	4	1	140	39	162	45	53	15
3ª Série	367	93	26	7	393	-	-	151	39	198	50	44	11
4ª Série	312	93	24	7	336	-	-	74	22	217	65	45	13
TOTAL	1358	92	122	8	1480	6	1	541	36	735	50	198	13
Supl. III (3)													
1ª Série	510	96	20	4	530	2	1	172	32	285	54	71	13
2ª Série	272	89	32	11	304	-	-	67	22	208	68	29	10
3ª Série	140	99	1	1	141	1	1	12	9	126	89	2	1
4ª Série	58	100	-	-	58	-	-	3	5	54	93	1	2
TOTAL	980	95	53	5	1033	3	1	254	24	673	65	103	10

Fonte: Delegacias Regionais de Educação -DRE

(1) Dados apresentados por 02 DRE (Posse e Anápolis)

(2) e (3) Dados apresentados por 01 DRE

QUADRO IV
DEMONSTRATIVO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL
 UF: Goiás ANO BASE: 1993 Nº DE DELEGACIAS - DRE (Participantes): 24 - Nº de Escolas: 983*

ESCOLARIDADE		QUANTITATIVO			ÁREA DE ATUAÇÃO			
		Não distribuído por área de atuação	Distribuído por área de atuação	TOTAL	DIREÇÃO	COORDENAÇÃO	SECRETARIA	SERVIÇOS GERAIS
ENSINO FUNDAMENTAL	Completo	133	1692	1825	13	49	238	1392
	Incompleto	907	5109	6016	2	4	130	4973
ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO	Completo	453	3231	3684	381	939	1564	347
	Incompleto	9	367	376	28	2	162	175
ENSINO MÉDIO (OUTRAS ÁREAS)	Completo	198	1292	1490	12	40	873	367
	Incompleto	51	212	263	-	7	93	112
ENSINO SUPERIOR (EDUCAÇÃO)	Completo	339	1446	1785	339	841	245	21
	Incompleto	62	350	412	55	125	151	19
ENSINO SUPERIOR (OUTRAS ÁREAS)	Completo	25	150	175	24	46	70	10
	Incompleto	15	67	82	6	10	42	9
TOTAL		2192	13916	16108	860	2063	3568	7425

Fonte: Delegacias Regionais de Educação - DRE

QUADRO V
DEMONSTRATIVO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL
 UF: Goiás ANO BASE: 1993 Nº DE DELEGACIAS - DRE (Participantes): 24 - Nº de Escolas: 983*

ESCOLARIDADE		QUANTITATIVO						ATUAÇÃO					
		NÃO DISTRIBUÍDO POR ÁREA	DISTRIBUÍDO POR ÁREA	TOTAL	PRE-ESCOLAR	CBA	ENSINO ESPECIAL	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO	EDUCAÇÃO BÁSICA (Alfab.)	ENS. FUND. ENS. MÉDIO
							1ª a 4ª Séries	5ª a 8ª Séries	1ª a 8ª Séries				
ENSINO FUNDAMENTAL	Completo	-	212	212	-	-	-	80	11	121	-	-	-
	Incompleto	-	47	47	-	-	-	21	4	22	-	-	-
ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO	Completo	1509	8800	10309	19	48	24	2996	3515	1673	107	11	407
	Incompleto	5	126	131	-	2	-	44	32	48	-	-	-
ENSINO MÉDIO (OUTRAS ÁREAS)	Completo	143	648	827	-	-	-	88	427	87	55	-	30
	Incompleto	3	94	97	-	-	-	11	66	17	-	-	-
ENSINO SUPERIOR (EDUCAÇÃO)	Completo	2151	3887	6038	-	-	-	424	2143	1200	89	-	31
	Incompleto	282	905	1187	-	-	-	201	469	219	12	-	4
ENSINO SUPERIOR (OUTRAS ÁREAS)	Completo	236	252	488	-	-	-	17	173	34	24	-	4
	Incompleto	255	50	305	-	-	-	9	36	-	5	-	-
TOTAL		4584*	15057	19641	19	50	24	3891	6873	3421	292	11	476

Fonte: Delegacias Regionais de Educação - DRE

* Dados da Delegacia Metropolitana

QUADRO VI
EMONSTRATIVO DE PESSOAL TÉCNICO DA REDE MUNICIPAL-ANO BASE: 1993
 UF: Goiás - Nº DE ESCOLAS PARTICIPANTES: 803

ESCOLARIDADE		TÉCNICO ADMINISTRATIVO					DOCENTE					
		QUANTI-TATIVO	ÁREA DE ATUAÇÃO				QUANTI-TATIVO	ATUAÇÃO				
			DIRE-ÇÃO	COOR-DENAÇÃO	SECRE-TARIA	SERVI-ÇOS GE-RAIS		CRECHE PRÉ-ESCOLA	SUPLÊN-CIA	1ª A 4ª	5ª A 8ª	2º Grau
FUNDAMENTAL 1º GRAU	Completo	140	10	4	18	108	306	1	-	303	2	-
	Incompleto	1204	1	-	37	1166	191	-	-	191	-	-
MÉDIO MAGISTÉRIO	Completo	461	121	75	216	49	1856	31	9	1418	398	-
	Incompleto	83	6	8	27	42	128	1	-	109	18	-
MÉDIO OUTROS CURSOS	Completo	82	16	8	46	12	219	1	-	135	80	3
	Incompleto	9	-	-	5	4	46	1	-	45	-	-
SUPERIOR EDUCAÇÃO	Completo	152	50	56	28	18	356	1	-	204	143	8
	Incompleto	-	-	-	-	-	105	-	-	101	3	1
SUPERIOR OUTRAS ÁREAS	Completo	7	4	3	-	-	20	-	-	10	10	-
	Incompleto	-	-	-	-	-	20	-	-	14	6	-
TOTAL		2138	208	154	377	1399	3247	36	9	2530	660	12

Fonte: Relatórios-Síntese das Secretarias Municipais

QUADRO VII
DEMONSTRATIVO DO FLUXO/DESEMPENHO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL
 UF: Goiás Nº DE PARTICIPANTES: 71 - Nº DE ESCOLAS PARTICIPANTES: 803

NÍVEIS DE ENSINO	MATRÍCULA					TRANSFERÊNCIA		EVASÃO		APROVAÇÃO		REPROVAÇÃO	
	NOVOS		REPETENTES		TOTAL	QUANTI-TATIVO	%	QUANTI-TATIVO	%	QUANTI-TATIVO	%	QUANTI-TATIVO	%
	QUANTI-TATIVO	%	QUANTI-TATIVO	%									
EDUC. INF. PRÉ-ESCOLA	126	100	-	-	126	10	8	27	21	89	7063	-	-
ENSINO FUNDAM. 1º	17080	82	3873	18	20953	1616	8	3822	18	11357	54	4158	20
2º	11188	83	2247	17	13435	1096	8	1705	13	8466	63	2168	16
3º	9451	86	1479	14	10930	920	8	1445	13	7213	66	1352	13
4º	7262	90	797	10	8059	659	8	1007	12	5619	70	774	10
5º	3549	87	542	13	4091	239	6	1019	25	2135	52	698	17
6º	2300	88	301	12	2601	166	7	475	18	1616	62	344	13
7º	1384	89	163	11	1547	132	9	286	18	946	61	183	12
8º	1026	93	80	7	1106	72	6	139	13	820	74	75	7
TOTAL	53240	85	9482	15	62722	4900	8	9898	16	38172	61	9752	15
ENSINO MÉDIO-1º	33	94,29	2	5,71	35	2	5,71	6	17,14	13	37,15	14	40
2º	17	100	-	-	17	1	5,88	2	11,77	14	82,35	-	-
3º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	50	96,15	2	3,85	52	3	5,77	8	15,38	27	51,93	14	26,92

Fonte: SEMEC

METAS GLOBAIS

Os relatórios-síntese apresentam as metas de forma diferenciada e bastante detalhadas e, às vezes, sob forma de objetivos, o que dificulta o trabalho de síntese.

De modo generalizado, as poucas metas apresentadas podem ser assim resumidas:

- Elevar os índices de cobertura educacional a crianças, jovens e adultos, de forma que, ao final do decênio, o atendimento se aproxime de 100%, tanto na zona urbana como na rural.
- Assegurar a melhoria do fluxo escolar, reduzindo os índices de evasão e repetência, sobretudo na 1ª e 5ª séries, de modo que pelo menos 80% dos alunos possam concluir, regularmente, o ensino fundamental.
- Elevar o padrão do ensino mediante a implementação de projetos pedagógicos inovadores que aperfeiçoem o currículo, os procedimentos de ensino e a avaliação.
- Efetivar a valorização e qualificação dos profissionais do magistério público estadual e municipal.
- Implantar modelos de gestão escolar democráticos, autônomos e integrados com a comunidade.
- Incrementar e racionalizar recursos financeiros destinados à educação para suprir, pelo menos, as necessidades mínimas de funcionamento.

As metas propostas prevêem execução gradativa, porém, todas com início imediato.

EXPECTATIVA DAS ESCOLAS

Pela análise dos relatórios apresentados, pode ser deduzida uma grande expectativa das escolas em relação à continuidade dos propósitos do Plano Decenal e, principalmente, ao desencadeamento de ações concretas que respondam às suas necessidades, que são enormes.

Nota-se, pelo discurso inserido nos relatórios, que as escolas, ao mesmo tempo que acreditam no Plano Decenal como instrumento de mudança, receiam que, mais uma vez, ele seja um planejamento “engavetado” e que a escola pública continue à margem do sucesso. As propostas são várias e podem ser traduzidas em continuidade, vontade política e gestão eficiente. A exemplo, algumas citações tiradas dos relatórios:

“Será que o Plano Decenal ficará apenas no papel ou vai se transformar na prática da educação?”

“Após tantos enganos, enojadas e falsas promessas na educação, queremos crer que, a partir da elaboração e aplicação desse plano, a educação no Brasil possa tomar rumos diferentes, com a união de todos para um trabalho sério, honesto e produtivo.”

“Diante de tantos outros planos que tinham por objetivo viabilizar um ensino de boa qualidade, que foram feitos e engavetados, nunca aplicados, nós trabalhamos, mas fica a dúvida: este será aplicado?”

“Tivemos o privilégio de sonhar com uma escola ideal, onde pudéssemos ter certeza da realização de uma verdadeira democracia, na qual todos, sem distinção, tivessem a oportunidade de se preparar para exercer seu verdadeiro papel de cidadão brasileiro...”

“Gostaríamos de fato de acreditar que a fala dos pais, alunos, professores e funcionários, através dos documentos elaborados no âmbito das unidades escolares, não só as do núcleo 07, mas de todas as escolas em nível nacional, portanto, não só a nossa fala mas a do Brasil, fosse, realmente, levada em consideração.”

“Não será esse plano apenas uma justificativa para recebimento de verbas internacionais?”

“Iludir, que é fácil, não é a solução para atingir as metas deste plano, cujo objetivo é revolucionar o ensino público brasileiro.”

“De acordo com o que observamos no Plano Decenal de Educação para Todos, oferecido pelo MEC, todos os problemas e soluções para a melhoria do ensino público já são de conhecimento de todas as autoridades, falta mesmo é quem consiga tirar do papel e colocar em ação.”

“A comunidade escolar espera que desta vez haja uma resposta imediata e positiva por parte das autoridades, não deixando ocorrer como no projeto “Fechar os Livros e Estudar a Escola”, no ano de 1983, quando muitos problemas foram discutidos e várias sugestões foram levantadas, porém pouca resolução até hoje.”

A partir desses questionamentos e de muitos outros não transcritos, fica uma posição consensual séria - não há como deixar a escola sem resposta, não através de fala, mas de uma interferência direcionada para a solução dos problemas que mais afligem os educadores. Assim, esse plano deverá ser adotado por toda a administração do sistema educacional brasileiro, federal, estadual e municipal, independente da corrente político-partidária. É o que a escola quer e o que a sociedade espera.

PROJETOS PEDAGÓGICOS INOVADORES

Quando se dá à escola liberdade e oportunidade para falar de si mesma, o que aflora, mais espontaneamente, é a colocação de dificuldades e entraves, enfoque principal dos relatórios apresentados. Angustiado pelo acúmulo de problemas, ela se esquece de que, no dia-a-dia, experiências novas são realizadas na tentativa de tornar o ambiente escolar mais atraente e o ensino mais eficiente. Nesse sentido, a Secretaria vem somando esforços para propiciar a reorganização, humanização e revitalização do conjunto escolar, incentivando a implantação de projetos inovadores que têm dado certo. Dentre eles, dois têm apresentado resultados positivos:

Projeto “A Escola é de Todos” - Prêmio Escola Dinâmica

Trata-se de um projeto de modernização e dinamização do aparelho administrativo e pedagógico das unidades escolares, cujo objetivo principal é liberar iniciativas e incentivar a criatividade. A avaliação realizada no 1º Concurso evidenciou algumas experiências inovadoras. A exemplo:

- Parceria Escola Estadual Heom Gomide/Centro de Formação “Vida Nova” de Trindade, que mantém um sistema inovador e integrado de oferecimento de educação básica, com reforço de aprendizagem, iniciação profissional, recreação e alimentação.
- Projetos “Arte Fazendo Arte”, “Feira de Matemática”, “Poemarte” e outros do Banco de Projetos da Delegacia de Anápolis.
- Utilização de procedimentos inovadores na leitura e produção de textos, em São Luiz de Montes Belos.

Projeto “Erradicação do Analfabetismo”

Tem por objetivo principal diminuir os índices de evasão e repetência nas séries iniciais do ensino fundamental. O projeto, em seu 2º ano de desenvolvimento, atingindo 350 estagiários e 35 unidades escolares da capital e interior, utiliza alunos selecionados dos cursos de magistério no desenvolvimento de atividades de reforço para alunos com dificuldade de aprendizagem. Os resultados obtidos indicam uma diminuição sensível nos índices de reprovação e evasão escolar, além de propiciar uma melhoria significativa na formação do professor.

Governador de Goiás

Agenor Rodrigues Rezende

Secretária de Educação, Cultura e Desporto

Profª Terezinha Vieira dos Santos

Superintendente de Programação, Controle e Avaliação

Maria José de Almeida e Andrade

Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos

Maria do Rosário Ayres

Comissão Tripartite

Profª Terezinha Vieira dos Santos - Secretária de Educação, Cultura e Desporto

Helena Shizue F. Casadio - Delegada Regional do MEC

Alba de Almeida Rodrigues - Presidente da UNDIME em Goiás

Comissão Técnica de Elaboração

Profª Maria do Rosário Ayres - Coordenadora

Profª Iracy Lemes do Prado Cândido Rodrigues

Profª Isabel Ana de Moraes

Profª Maria de Fátima Castro Amaral

Plano Decenal de Educação para Todos Relatório-Síntese*

MATO GROSSO

INTRODUÇÃO

O Estado de Mato Grosso, através de um trabalho conjunto das instituições educacionais, com a participação de algumas instituições não-governamentais, produziu, coletivamente, este relatório-síntese do Plano Decenal de Educação para Todos, resultante do encaminhamento de diversas reflexões, discussões, documentos, encontros e reuniões, durante meses, visando à articulação de um trabalho produtivo e coerente que vale historiar.

A elaboração do Plano Decenal Estadual foi desencadeada a partir da 2ª quinzena de setembro de 1993 e se estendeu até a primeira quinzena de dezembro do mesmo ano. O primeiro passo foi enviar a todos os municípios de Mato Grosso a solicitação para a mobilização das comunidades escolares e da sociedade civil, visando à apresentação de propostas para a elaboração do Plano Decenal em nível municipal.

Constituiu-se um grupo de trabalho com representantes da SEE/UNDIME/DEMEC para compatibilizar as propostas apresentadas por 36 municípios, apenas, e que constituíram os textos básicos para a elaboração do Plano Decenal em nível do estado.

Já a segunda etapa do Plano Decenal Estadual foi aperfeiçoada e acrescida da realidade educacional das redes estadual, municipal e particular de ensino, através da apresentação dos seus planos escolares.

Para que os trabalhos pudessem ser realizados dentro da abrangência sugerida pelo MEC, e necessária para a efetiva implementação do Plano Decenal de Educação para Todos entre as comunidades mato-grossenses, o grupo de trabalho acima mencionado dividiu o estado em oito pólos (agrupando de 10 a 15 municípios por região), onde discussões acerca do plano foram desencadeadas.

Coube à Superintendência Regional de Ensino, UNDIME, DEMEC, SEE e Secretaria Municipal de Educação de cada município-sede a tarefa de, num trabalho conjunto, criar condições materiais para a realização do evento, tais como: local, material didático, vídeo, etc., bem como a divulgação e o chamamento das demais comunidades circunvizinhas.

A Comissão Tripartite, através do seu grupo de trabalho, desencadeou as discussões nos diversos grupos formados em cada pólo. Tais discussões foram frutíferas e ricas, onde todos participaram ativa e democraticamente.

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.167-176, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

Entretanto, na leitura dos relatórios apresentados por algumas escolas, notou-se claramente uma certa dificuldade no encaminhamento dos trabalhos pelo corpo técnico e docente das mesmas no que diz respeito ao grau de aprofundamento das discussões.

Apesar desses impasses, as unidades escolares de Mato Grosso elaboraram seus planos, que, posteriormente, foram compatibilizados pelas superintendências regionais de educação e secretarias municipais de educação, compreendendo inúmeros municípios do estado.

Há necessidade de se ressaltar a perspectiva da realidade mato-grossense e caracterizar o perfil de uma região de dimensões continentais como a nossa, com cerca de 500.000 pessoas analfabetas, sendo que, desse grupo, 102.175 são crianças de 7 a 14 anos (dados 1991/IBGE).

Isso mostra que a educação em nosso estado ainda representa um grande desafio que precisa ser vencido, principalmente no que se refere à adequação da oferta de serviços educacionais compatíveis com o crescimento demográfico.

Aliada a esses fatores temos a insuficiência de recursos humanos qualificados nos diversos graus de ensino, apesar dos investimentos maciços na área de formação de professores, pois o quadro apresentado a seguir é significativo em relação à qualificação dos professores do estado.

Professores com 2º grau:

- formação pedagógica completa	231
- formação pedagógica incompleta	05
- sem formação pedagógica:	
completa	229
incompleta	01
Total	466

Professores com 3º grau:

- formação pedagógica completa	1.923
- formação pedagógica incompleta	168
- sem formação pedagógica:	
completa	502
incompleta	15
Total	2.602 (sic)

Dados da rede estadual - CARH/SEE - 1992/2

Sendo assim, as alianças entre as esferas federal, estadual e municipal e a sociedade civil devem estar consolidadas em torno da unidade educacional.

Portanto, pode-se observar que a maioria dos professores que atuam nas áreas iniciais do primeiro grau não possuem formação de nível superior, sendo que esse índice é mais alarmante ao se tratar da qualificação profissional de 5ª a 8ª séries e do 2º grau.

ACESSO

Os municípios do Estado de Mato Grosso, na elaboração do Plano Decenal de Educação, sentiram necessidade de elencar as dificuldades e soluções reais, vivenciadas nas unidades escolares, para que aconteça a universalização do ensino, objetivando erradicar o analfabetismo, atendendo a questão básica de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, portadores de necessidades especiais, educação infantil, magistério e todo o ensino médio.

As escolas no Estado de Mato Grosso, de maneira geral, não atingem esses objetivos propostos, por não possuírem espaço físico adequado para atender a todas as pessoas em idade escolar. Outros entraves que dificultam o acesso à escola são:

- a distância entre o estabelecimento de ensino e a residência dos alunos;
- o baixo poder aquisitivo do aluno e do professor;
- a falta de calendário escolar flexível, adequado às características regionais;
- a distorção entre idade/série.

Por isso, os municípios refletiram e propuseram que, para facilitar o acesso escolar e estimular a permanência dos alunos, é fundamental que os governos federal, estadual e municipal ofereçam condições às escolas:

- a) Construindo, ampliando e reformando unidades escolares, visando ao atendimento em todos os níveis de ensino, proporcionando à clientela fácil acesso à escola.
- b) Mantendo as escolas, em parceria com a comunidade e outros órgãos não-governamentais, com equipamentos adequados e necessários tanto no aspecto físico como pedagógico, conscientizando a comunidade escolar na conservação do patrimônio.
- c) Implantando, nos municípios, meios de transportes para facilitar a locomoção de alunos da zona rural e urbana que tenham dificuldades de acesso à escola.
- d) Sensibilizando os pais, através de atividades escolares e extra-escolares, sobre a importância do papel da escola.
- e) Criando mecanismos para a desburocratização da escola, especialmente na flexibilidade do calendário escolar da zona rural.
- f) Implementando a merenda escolar com estímulo essencial ao processo de desenvolvimento do educando.
- g) Fortalecendo o processo de integração do portador de necessidades especiais na rede pública de ensino, garantindo-lhe o acesso e a permanência, eliminando as barreiras arquitetônicas.

SUCESSO ESCOLAR

A escolarização significa garantia aos alunos de um nível de conhecimento que os possibilite compreender a realidade social.

Nesse sentido, cabe ao estado assegurar à escola, aos professores e ao corpo administrativo as condições necessárias e suficientes para o desenvolvimento do ensino. O excesso de alunos por sala e o caráter da clientela - trabalhadores - apresentam-se como um desafio a ser vencido, somando-se a isso a impossibilidade de o professor desenvolver suas atividades de forma ativa e não somente em aulas expositivas, o que, de certa forma, enfraquece o ensino. O processo avaliativo fica à mercê da habilidade do professor, sem que a escola tenha um projeto de ensino no qual um currículo seja organizado para que essa clientela saia da escola valorizada, ou seja, com uma escolarização mínima exigida pela Constituição. Nesse sentido, há necessidade de se melhorar também o material didático que estimulará o professor em sua prática pedagógica. Essa prática se enfraquece mais se considerarmos as salas multisseriadas e a desqualificação do professor.

Estabeleceu-se, diante de tais preocupações, as seguintes metas:

- Adequar o currículo de acordo com a realidade regional, buscando a permanência dos alunos carentes na escola, possibilitando o seu desenvolvimento escolar, proporcionando-lhes conteúdos significativos, procedimentos didático-metodológicos e avaliação adequada.
- Buscar parceria com universidades para subsidiar a prática educativa, visando à melhoria da qualidade do ensino.
- Dar condições satisfatórias de estrutura básica e de profissionais capacitados, propiciando melhores condições de trabalho aos professores e, conseqüentemente, melhor aproveitamento do aluno.

APRENDIZAGEM

As dificuldades refletidas pelas escolas, em relação às necessidades de minimizar os índices de reprovação e evasão, demonstram a sua ineficácia em relação ao desenvolvimento do processo de aprendizagem dos conteúdos básicos, necessários para a vida do cidadão. Nesse sentido, alguns problemas foram levantados e considerados obstáculos nesse processo, como a importância do acompanhamento dos pais e o relacionamento entre professores, pais e alunos, porque essa relação poderia resolver dificuldades existentes. Foi considerada, como determinante nesse processo, não só a qualificação do professor, como a metodologia adequada que possibilite a sistematização do saber e torne o ensino atrativo e até viabilizando sua preparação para o mercado de trabalho.

Isso significa respeitar o aluno, tornando-o sujeito do processo.

Para que isso seja possível, algumas metas foram estabelecidas:

- Definir uma política educacional voltada para a conscientização da comunidade escolar quanto à função da escola como a instituição adequada para a transmissão e sistematização do conhecimento científico.
- Oportunizar discussões e reflexões para que o educador se conscientize do ato político de educar.
- Integrar a educação à saúde, à cultura e ao desporto, como fonte necessária ao desenvolvimento psíquico, físico e social do educando.
- Equipar os estabelecimentos de ensino com materiais didático-pedagógicos, bibliotecas, oficinas pedagógicas, reestruturando-os com cursos profissionalizantes diferenciados, de modo a permitir a permanência do aluno em período integral.

PROFESSORES E PROFISSIONAIS DO ENSINO

A situação existente do educador massacrado pelas dificuldades socioeconômicas e a inexistência de um maior assessoramento dos órgãos educacionais originam um profissional inseguro, comprometendo o processo ensino-aprendizagem, abrindo espaços para a errática, muitos deles graves e impunes diante da burocratização e da falta de compromisso para com a educação.

Para as escolas, o governo e os educadores devem ser uníssomos na batalha contra o analfabetismo, onde o objetivo de tal luta seja o indivíduo escolarizado.

Para que isso seja possível, torna-se necessário criar as seguintes metas:

- 1 - Assegurar que a escola tenha condições dignas de trabalho nos aspectos moral, físico e financeiro para resgatar as condições profissionais e de vida dos educadores.
- 2 - Articular a ação com as universidades direcionando para uma reestruturação dos processos de formação inicial que são propostas das escolas, visando atingir os objetivos de elevação dos padrões de qualidade educacional, extensiva a todas as categorias.
- 3 - Definir uma política salarial que resgate a dignidade, a valorização dos profissionais da educação e possibilite sua conscientização, objetivando maior envolvimento do educador e o fortalecimento de suas capacidades de atualização e aperfeiçoamento.
- 4 - Cuidar para que o educador que receber formação profissional nas faculdades, com cursos vagos, não ocupe a mesma posição do profissional que se fez presente periodicamente numa sala de aula, como forma de resgate da valorização do educador.
- 5 - Elaborar um plano pedagógico, inclusive com reformulação no currículo das licenciaturas, que contemple a valorização do professor, observando sua qualificação, assegurando um plano de cargos e salários que possibilite ao profissional condições dignas compatíveis com o trabalho desempenhado no exercício de suas funções, motivando-o para que não caia no descompromisso, na incompetência técnica e na apatia profissional.

Portanto, um apoio mais amplo por parte do poder público significa atrair, incentivar e estimular o educador a exercer, verdadeiramente, seus direitos e cumprir seus deveres alicerdado por uma remuneração digna.

GESTÃO

Toda empresa, por menor que seja, deve ter um gerenciamento próprio e que seus funcionários sejam estimulados e tenham participação nas atividades desenvolvidas no seu meio. É necessário que ela seja autônoma e tenha excelentes técnicas administrativas para que os seus operários possam desenvolver um trabalho profícuo e, futuramente, tenham maior produtividade, expansão e boa aceitação no âmbito comercial.

Assim também é a escola. Para que ela tenha sucesso em sua administração, principalmente no sistema educacional, é necessário que haja continuidade, integração estratégica e focalização das ações de direção da administração dos sistemas, que levem a uma orientação eficaz das equipes responsáveis pelas unidades escolares.

Nem todas as escolas de Mato Grosso se preocupam com a produtividade de ensino, devido às influências político-partidárias que, às vezes, deixam fortes máculas que prejudicam

profundamente os trabalhos administrativos docentes e discentes. A superlotação das salas de aula não permite uma avaliação adequada do professor-aluno.

A falta de autonomia da escola, a má formação dos profissionais da educação, a falta de condição de trabalho, o não cumprimento do percentual de recursos destinados à educação resultam na má qualidade do gerenciamento e democratização educacional.

Por isso, deve-se estabelecer as seguintes metas:

Resgatar a democratização da gestão educacional, no estado, para que possibilite o planejamento e a execução das ações educacionais, a integração das instituições nos vários níveis administrativos, numa tentativa de emancipação didático-pedagógica, reestruturando e dinamizando o sistema de ensino, criando condições capazes de oferecer suporte para concretização dos objetivos propostos no âmbito de nossa realidade sociopolítico-econômica e educacional.

Criar um conselho composto por elementos do MEC/SEE/SRE/SMEC e Sindicato dos Profissionais da Educação para fiscalizar a aplicação efetiva das verbas destinadas à educação e fazer uma melhor distribuição dos recursos financeiros a ela destinados.

Definir o funcionamento de agremiação e órgãos colegiados compostos pelos pais e membros da comunidade escolar.

Equipar a rede de ensino não só com material didático adequado para o melhor desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas, bem como enriquecer o acervo de recursos, tais como: bibliotecas, laboratórios de pesquisa, etc.

É preciso que fique como compromisso político a priorização do Plano Decenal de implantar a gestão democrática educacional nas escolas municipais e estaduais, para garantir a participação da comunidade escolar nas decisões, efetivando assim o exercício da cidadania.

RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE

Um dos difíceis desafios da escola é a mobilização da comunidade para fazê-la participante nas decisões administrativas e pedagógicas.

A maioria dos pais encontra-se em situação socioeconômica precária, norteadas por um trabalho exaustivo, nega-se a participar do processo escolar por entender que o mesmo está alheio ao seu interesse. Isso acontece por falta de conhecimento sobre a importância do relacionamento comunidade-escola.

A falta de um envolvimento maior com a comunidade bloqueia a escola a efetuar um trabalho estatístico que indique o número de analfabetos existentes nas proximidades.

Para sanar essas dificuldades, faz-se necessário:

- reformular a proposta curricular;
- envolver todos os segmentos para uma tomada de decisão conjunta;
- comprometer e conscientizar a comunidade na participação constante das decisões tomadas pela entidade escolar, que poderá fazer um trabalho transparente partindo dos valores já existentes.

CIDADANIA NA ESCOLA

O compromisso da escola com os alunos é o de possibilitar-lhes a produção e o acesso ao saber.

O aluno tem o direito de apropriar-se do saber acumulado e ainda ao desenvolvimento de suas potencialidades de acordo com suas características biopsicossociais. Nesse sentido, a maioria das escolas de Mato Grosso são ineficientes.

As dificuldades foram sentidas quando se percebeu, pelos relatórios dos municípios, a falta de interesse político em relação aos assuntos da educação, bem como a descrença da comunidade nos projetos governamentais.

Outro aspecto se verifica na ausência de implementação da educação especial que possibilite a integração do portador de necessidades especiais na comunidade, de forma consciente e participativa sobre os seus valores.

As esferas isoladas não resolvem por si só os problemas da educação, uma vez que estes problemas são sociais e exigem a busca de maior integração como mecanismo para reivindicações e soluções.

A falta de desenvolvimento do civismo na escola e pela escola, que contribuiria para resgatar os valores de cidadania, foi outro fator anotado.

Daí, o estabelecimento da seguinte meta:

- Maior interesse do governo nos assuntos da educação, o que possibilitaria às escolas desenvolverem suas atividades envolvendo a comunidade num processo de conscientização dos seus valores, favorecendo a aprendizagem e o exercício da cidadania.

FINANCIAMENTO

A escola tem grande responsabilidade na educação de crianças, jovens e adultos. No entanto, para que o processo ensino-aprendizagem se realize de maneira produtiva é fundamental o repasse dos recursos em sua totalidade, amenizando a burocracia e os trâmites internos para liberação dos mesmos.

Os baixos índices de recursos são repassados com morosidade, de maneira desorganizada, sem acompanhamento, sem comprometimento social e político para com as finanças da educação.

O poder público não vem dando o cumprimento adequado à legislação quanto à aplicação do percentual da verba que deve ser destinada, eqüitativamente, a cada modalidade de ensino, haja vista a falta de mecanismos de acompanhamento e controle dos mesmos.

Em conseqüência disso, sugere-se as seguintes metas:

- cuidar para que haja uma melhor utilização dos recursos e programas disponíveis para educação;
- mobilizar atuais e novos recursos financeiros e humanos, públicos, privados ou voluntários, para a efetivação da política educacional;
- garantir recursos financeiros em contrapartida com os órgãos não-governamentais para a melhoria da educação básica, do ensino superior e do desenvolvimento da pesquisa científica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento é o registro de um intenso trabalho realizado pela Comissão Tripartite, órgãos não-governamentais, técnicos das superintendências regionais de ensino, secretaria municipal de educação e professores das redes estadual, municipal e particular, UFMT e UNEMAT na tentativa de levantar dados para a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos.

Concluir esse trabalho não foi tarefa fácil, pois, em todas as etapas, as unidades escolares e municípios não receberam as orientações necessárias que deveriam ser repassadas, em tempo hábil, pelo MEC, para a divulgação e elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, ocasionando, com isso, dificuldades na mobilização da comunidade em geral, comprometendo, em parte, a participação das organizações não-governamentais e demais segmentos da sociedade civil organizada.

Apesar da baixíssima porcentagem dos documentos enviados, pudemos analisá-los e retirar uma amostragem das dificuldades e soluções apresentadas pelos municípios do estado.

Houve um grande esforço para a conclusão desses relatórios, tanto por parte da Comissão Tripartite como das escolas, pois as contribuições recebidas representam o retrato vivo da situação real e atual de Mato Grosso.

Infelizmente, pelos motivos já apresentados, ainda não pudemos visualizar possibilidades de que as escolas consigam, de imediato, encontrar soluções para seus problemas, mesmo porque muitas delas receberam com bastante atraso o material do MEC e só agora começam o processo de discussão do mesmo. É necessário, portanto, que a Comissão Tripartite continue, ao longo dos próximos nove anos, a orientar os sistemas educacionais (estadual e municipal), principalmente na busca de mais parcerias, dentro da sociedade civil, buscando assegurar o comprometimento dos mesmos nas questões educacionais.

Plano Decenal de Educação para Todos Relatório-Síntese*

MATO GROSSO DO SUL

APRESENTAÇÃO

A Educação vem sendo revista em países com diferentes estágios de desenvolvimento, com a finalidade de tornar os sistemas educacionais mais eficientes.

O Brasil encontra-se diante desse desafio, conforme compromisso assumido pelo país na Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, em 1990.

Mato Grosso do Sul, a exemplo dos demais estados brasileiros, também engajou-se na discussão para a elaboração do plano decenal estadual e municipal.

Através de uma ampla mobilização da comunidade escolar, fez de sua realidade educacional objeto de análise coletiva, estabelecendo metas, estratégias e ações que permitirão a transformação paulatina da educação em nível do estado, nos próximos 10 (dez) anos.

Nesse processo, a última etapa do plano consistiu na elaboração do projeto político-pedagógico das escolas. Amplas discussões deram origem aos relatórios-síntese que estão consolidados neste documento.

Vale ressaltar que, a exemplo do que ocorre em todo o País, as redes estadual, municipal e particular do ensino do Mato Grosso do Sul adotam diretrizes diferenciadas, de acordo com suas próprias políticas educacionais. Ainda que nem sempre convergentes, essas diretrizes traduzem um compromisso consensual no que tange à necessidade de universalização do ensino e à construção de uma escola pública democrática e de qualidade.

A sociedade sul-matogrossense, marcada por experiências as mais diversas, que ora chamam a atenção pela dose de avanço que delas resultam, ora pelo retrocesso que causam ao ensino, convidada a pronunciar-se, expressou seus anseios pela construção de uma escola marcadamente progressista.

Uma escola cuja qualidade será alcançada na proporção em que estiverem democratizados os seus serviços.

Neste sentido, a Proposta de Educação que vem sendo executada pela Rede Estadual de Ensino (1991-1994) e outras propostas em execução em alguns municípios do Mato Grosso do Sul respondem, certamente, pela experiência acumulada por sua população, que tem, hoje, referências concretas de uma nova ordem de organização do sistema escolar. Organização que tem como base os princípios da participação, da integração e da centralização.

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.177-192, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

O presente documento é um relatório-síntese das discussões ocorridas em todas as escolas estaduais, municipais e particulares do Mato Grosso do Sul, processo este desencadeado a partir do pronunciamento do Exmo. Sr. Ministro Prof. Murílio Avellar Hingel.

O Plano Decenal Estadual de Educação para Todos e este relatório-síntese consolidam, portanto, o compromisso público do Estado de Mato Grosso do Sul com a educação pretendida para suas crianças e jovens, nos próximos 10 (dez) anos.

ACESSO

Objetivos

- Oportunizar a todas as crianças o acesso à escola na educação infantil, no ensino fundamental e médio
- Oportunizar ao educando trabalhador o ensino no próprio local de trabalho, firmando convênio para oferta de atendimento a jovens e adultos.

Metas

- Ampliar a oferta escolar, atendendo 95% (noventa e cinco por cento) da clientela na faixa escolar obrigatória.
- Garantir igualdade de acesso à educação às crianças em faixa etária de educação infantil aos portadores de necessidades especiais, aos jovens e adultos, na zona rural e urbana.
- Garantir permanência do educando, a médio e longo prazos, na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
- Estabelecer integração entre a Secretaria de Estado, universidades, secretarias municipais, instituições e empresas para criação de escolas experimentais e espaços para atendimento de jovens e adultos.

Estratégias

- Efetuação do censo escolar através do cadastramento anual das crianças, habitantes do município, em idade escolar.
- Adoção e manutenção de infra-estrutura adequada às unidades escolares.
- Oferecimento de transporte aos alunos da zona rural até as escolas-pólo.
- Aproveitamento de espaços ociosos, em parceria com a Secretaria de Estado, prefeituras municipais e ONG.
- Informatização das unidades escolares em forma de área/zona/região, oportunizando a todas as crianças e jovens o acesso à escola na educação infantil e ensino fundamental e médio, e o acompanhamento da vida escolar dos discentes.
- Adequação do Programa de Merenda Escolar de forma a garantir o controle da qualidade e a permanência no oferecimento.

- Estabelecimento de convênios com entidades não-governamentais, visando o acesso à escola.

SUCESSO ESCOLAR/APRENDIZAGEM

Objetivos

- Garantir a formação integral e global do educando, capacitando-o para o pleno desenvolvimento do seu potencial criativo e humano, assegurando a qualidade e continuidade do ensino.
- Proporcionar ao aluno um ensino de qualidade, uma escola atrativa, onde ele sinta prazer em freqüentar, proporcionando mudanças na prática pedagógica do professor.
- Garantir uma escola adequadamente aparelhada, com disponibilidade de espaço físico, materiais didáticos e uma participação efetiva nas atividades pedagógicas através das instituições escolares.
- Analisar, discutir e avaliar os conteúdos, métodos e sistema de avaliação.

Metas

- Favorecer e estimular a superação das dificuldades do aluno, visando uma aprendizagem eficiente, com índice de aprovação em até 95%, no final do decênio.
- Estimular experiência de organização escolar através de processos de enriquecimentos curriculares que possibilitem a ampliação da jornada de 04 (quatro) horas para 06 (seis) horas, até o final do decênio.
- Proporcionar manutenção da infra-estrutura física das escolas públicas, a curto e médio prazos, oferecendo condições favoráveis ao trabalho.
- Melhorar os atuais níveis de aprendizagem, desenvolvendo programas de avaliação e de redução de repetências e evasões, de modo que 70% dos alunos possam concluir o ensino fundamental com qualidade.
- Elevar o nível de produtividade escolar em torno de 60%, no prazo de 02 anos.
- Implementar, em nível estadual, as diretrizes curriculares, a curto e médio prazos.

Estratégias

- Estabelecimento e cumprimento das horas-atividades individuais e integradas, visando a eficiência do processo ensino-aprendizagem.
- Redimensionamento do currículo, incluindo conceitos mais significativos, entrosando as áreas e/ou disciplinas, possibilitando melhor integração dos conteúdos e enriquecimentos didáticos.
- Definição de uma proposta pedagógica para o ensino, com estrutura organizacional que considere as condições objetivas da vida do aluno-trabalhador.

- Construção de oficina pedagógica com o intuito de elaborar material didático.
- Estabelecer acompanhamento de pessoas especializadas, garantindo condições adequadas para o ensino a alunos portadores de necessidades especiais.
- Inovação na organização escolar de modo a ampliar a jornada escolar para O6 (seis) horas, permitindo o enriquecimento do processo escolar.
- Instrumentalização das escolas para a elaboração de seu projeto pedagógico.
- Implementação dos projetos pedagógicos elaborados pelas escolas.
- Configuração da pré-alfabetização, através da pré-escola, como um direito de todos.
- Redução do número de alunos em sala de aula, garantindo um número máximo de 25 alunos por sala.
- Criação de uma equipe multidisciplinar de apoio às unidades escolares.
- Implementação prioritária e gradativa de transporte escolar na zona rural para escolas-pólo, encerrando definitivamente com as salas multisseriadas.
- Atendimento à criança indígena com programa de ensino bilíngüe e pluricultura.
- Autonomia da escola na decisão da sua proposta curricular.
- Revisão da prática pedagógica das escolas e definição da linha filosófica de educação do município, correspondente aos reais interesses da sociedade, preservando peculiaridades locais e regionais, onde esteja assegurado o padrão de qualidade.
- Dotação de espaço físico suficiente e agradável na escola, inclusive com espaço adequado para o atendimento aos portadores de necessidades especiais.
- Incrementação de bibliotecas, laboratórios, videotecas e informática nas unidades escolares.
- Manutenção das unidades escolares com materiais pedagógicos, de consumo e permanente.
- Reestruturação das instituições escolares para que sejam realmente co-gestoras do processo pedagógico, com a participação de professores, pais e alunos.
- Incentivo na participação da família e da comunidade no processo educativo.
- Rediscussão da prática docente, modificando as condições materiais para o exercício da docência, buscando alternativas e renovação.
- Desenvolvimento de projetos, dando incentivo à educação alternativa, como a educação dos pais não-alfabetizados, com horário especial.
- Valorização das experiências dos alunos, bem como do papel deles como interlocutores válidos, para discutir e determinar as questões pedagógicas inerentes ao processo ensino-aprendizagem.
- Estabelecimento de sistema de avaliação do desempenho escolar, tornando adequada e capaz de proporcionar uma visão globalizada das dificuldades e dos progressos do aluno e de fornecer dados para a revisão do plano.
- Compreensão da avaliação como diagnóstico de desempenho do professor e do aluno, revelando, claramente, a eficácia da ação pedagógica.

- Melhoria da produtividade, reduzindo significativamente os índices de evasão e repetência.
- Criação de mecanismos para acompanhar a movimentação dos alunos (transferência-evasão).
- Implementação de estratégias de ensino e suas respectivas práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas da aprendizagem de cada aluno, assegurando uma educação de qualidade que respeite e promova a construção da criança, do adolescente, do jovem e do adulto.
- Criação de centros de difusão das pesquisas, estudos e experiências pedagógicas e científicas que ocorrem nos municípios.
- Utilizar a estrutura de teleeducação para difusão de programas de capacitação e recursos tecnológicos.

PROFESSORES E PROFISSIONAIS DO ENSINO

Objetivos

- Oportunizar programas de capacitação continuada a todos os níveis e áreas do conhecimento, buscando a valorização do profissional da área de educação.
- Definir uma política de valorização do grupo magistério e do grupo administrativo da área educacional.

Metas

- Fortalecer, a curto prazo, um programa de capacitação continuada para profissionais de ensino.
- Assegurar, a curto e médio prazos, a formação de professores leigos.
- Promover revisão crítica dos cursos de licenciatura e de formação para o magistério, compatível com a política de educação para todos.
- Reestruturar e implementar, a curto prazo, os planos de cargos e carreira e o Estatuto do Magistério.
- Redefinir, a curto prazo, a questão salarial.
- Ampliar, a curto prazo, o número no quadro de vagas, em quantidade suficiente para a concessão do benefício da ascensão funcional, de acordo com a demanda dos profissionais em educação.
- Estabelecer, a médio e longo prazos, um programa de capacitação continuada de profissionais de ensino.

Estratégias

- Elaboração do programa de capacitação para profissionais de ensino.

- Estabelecimento de parcerias com instituições e/ou agências formadoras, a curto, médio e longo prazos, a fim de preparar o profissional.
- Estabelecimento de critérios de promoção aos profissionais da educação, tendo como base sua participação nos programas de capacitação continuada.
- Garantia, aos profissionais de educação, da participação em cursos do programa de capacitação, observando os dispositivos contidos no Estatuto do Magistério.
- Implantação e implementação de programas de capacitação continuada, presencial e/ou a distância, valendo-se dos avanços tecnológicos.
- Divulgação de trabalhos docentes realizados pelos professores.
- Estabelecimento de critérios de avaliação quanto ao programa de capacitação, quanto à participação e quanto ao desempenho profissional.
- Reformulação dos cursos de formação do magistério em nível de 2º e 3º graus.
- Promoção de estudos e reelaboração do Plano de Cargos e Carreira, Estatuto do Magistério, com a participação efetiva dos trabalhadores em educação e suas representações legais.
- Garantia de um piso salarial.
- Redefinição de vantagens para o profissional em educação que atua no ensino noturno.
- Adequação do quadro de vagas existentes.

GESTÃO

Objetivos

- Estimular a implantação de gestão democrática educacional nos órgãos de descentralização do sistema e nas unidades escolares.
- Consolidar o processo de gestão democrática.
- Garantir autonomia administrativa, pedagógica e financeira a órgãos gestores da educação das diferentes instâncias.

Metas

- Implantar e implementar, a curto e médio prazos, mecanismos que possibilitem atingir uma gestão participativa e democrática.
- Garantir, a médio prazo, a sustentação de projetos pedagógicos inovadores e de métodos mais eficientes de gestão educacional.
- Implantar, a médio e longo prazos, os conselhos municipais de educação.
- Descentralizar, a curto prazo, os recursos financeiros, dotando os órgãos gestores de autonomia administrativa, pedagógica e financeira.
- Garantir a melhoria estrutural dos órgãos, a médio prazo, adequando-os ao desempenho de suas atividades administrativas e pedagógicas.

Estratégias

- Fortalecimento das instituições escolares e dos mecanismos de gestão escolar, tais como: colegiados, APM, grêmios, clubes de ciências e outros.
- Fortalecimento da gestão democrática, através de programas de aperfeiçoamento para as instituições escolares.
- Estabelecimento de um sistema de avaliação periódico do processo de gestão democrática.
- Promoção de cursos de liderança para o redimensionamento e funcionamento das instituições auxiliares sediadas nas unidades escolares.
- Criação dos conselhos municipais de educação com a participação da sociedade civil, visando garantir a aplicação da política educacional do município.
- Revisão das funções dos administradores e supervisores escolares e orientadores educacionais com vista à qualidade de ensino.
- Criação de fórum, a fim de estabelecer uma política de articulação dos segmentos representativos da comunidade escolar e dos órgãos governamentais, não-governamentais e outros.
- Redimensionamento dos núcleos educacionais - SED/MS, garantindo recursos financeiros, humanos e materiais, visando um atendimento de melhor qualidade.
- Descentralização dos recursos financeiros para que os órgãos gestores da educação possam gerenciar com autonomia as situações rotineiras e emergenciais.
- Estabelecimento de mecanismos de controle de verbas públicas.
- Divulgação de verbas destinadas à escola para conhecimento de toda a comunidade escolar.

RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE

Objetivo

- Oportunizar a participação ativa da comunidade em fórum de discussões na escola, entre pais, professores, funcionários, representantes de entidades de toda ordem, desenvolvendo a política da participação e entrosamento entre a escola e comunidade, elaborando, reelaborando e avaliando o contexto escolar na busca da educação de boa qualidade para todos.

Metas

- Mobilização de pelo menos 50% dos recursos humanos da escola dentro do corpo docente, discente e administrativo para que busquem, dentro e fora da mesma, parcerias que venham contribuir para que a educação seja de boa qualidade para todos.
- Elaboração de projetos de órgãos governamentais e não-governamentais, entidades e outros organismos, onde sejam estabelecidos critérios que consolidem alianças e parcerias entre a escola e a comunidade, numa união de esforços para resgatar a educação de qualidade para todos, a curto e médio prazos, estabelecendo o parâmetro de 10 (dez) anos para que se consolidem os referidos projetos.

Estratégias

- Consolidação de alianças e parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais, entidades de classe e religiosas, líderes de bairros, APM, colegiados escolares, buscando, através de palestras, promoções de eventos culturais e esportivos, a demonstração de que a escola é um espaço aberto à comunidade interna e externa e que visa a promoção e valorização da pessoa humana através da educação para todos.
- Criação de comissões com representantes do colegiado escolar, da APM, de alunos, entidades de classe, associações, órgãos governamentais e não-governamentais e outros, para que, após estudo das necessidades da escola, seja elaborado o seu projeto. Cada instituição dará sua parcela de contribuição para que se consolide o Plano Decenal de Educação para Todos.
- Criação de mecanismos que motivem todos os segmentos da comunidade para que participem dos questionamentos de ordem administrativa, pedagógica e social da escola, para que, num esforço comum e de forma positiva, o papel da educação se apresente de boa qualidade para todos.
- Mapeamento da região onde a escola está situada, cadastrando órgãos, entidades, associações, líderes de bairro, através do corpo administrativo, docente e discente, para que se estabeleçam alianças e parcerias que visem a cooperação mútua entre comunidade externa e interna, no sentido de que, num esforço único, seja oferecida uma educação de qualidade para todos, sem discriminação de raça, credo, cor, ou classe social.

CIDADANIA NA ESCOLA

Objetivos

- Possibilitar a formação de cidadãos críticos e capazes de atuar na sociedade, de maneira produtiva e transformadora.
- Priorizar na filosofia da escola padrões de equivalência nos aspectos: raciais, sociais, econômicos, religiosos, políticos e culturais da comunidade.
- Tratar a educação de forma supra-partidária.

Metas

- Propiciar ao aluno, a curto e médio prazos, condições adequadas para o desenvolvimento social, físico e emocional, estimulando seu interesse pela convivência em sociedade, sem discriminação.
- Definir uma escola democrática, a curto prazo, com profissionais comprometidos com a educação, recebendo para tanto subsídios dos órgãos competentes.
- Definir uma política de engajamento do profissional de educação, consciente e comprometido com o seu fazer pedagógico, a curto e médio prazos.

Estratégias

- Desenvolvimento de um trabalho de conscientização e de desenvolvimento do senso crítico e da criatividade.

- Estímulo à participação em organização estudantil.
- Criação de mecanismos para um chamamento de compromisso, responsabilidade e preservação dos bens públicos.
- Desenvolvimento de ações, propiciando esclarecimentos necessários ao exercício de sua cidadania com respeito aos direitos inerentes à religião, política, cultura, habilidade, organização de classe e raças.
- Desenvolvimento de programas para educação de jovens e adultos.
- Inserção do educando no contexto social, fornecendo subsídios para um intercâmbio entre educação e sociedade.
- Formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, com capacidade de opinião e resgate do espírito cívico.
- Elaboração do currículo pleno da escola voltado para a realidade de cada aluno, trabalhando as necessidades e as causas, despertando no educando o prazer de aprender.
- Enriquecimento do acervo de recursos tecnológicos, materiais didáticos e pedagógicos.
- Implantação de fórum de debates na escola.
- Implantação de uma avaliação de qualidade, de forma a educar para a vida, considerando como meta principal o crescimento e não a mensuração.
- Promoção de estudos específicos para elaboração do programa de atendimento aos portadores de necessidades especiais.
- Acompanhamento do desempenho dos profissionais no desenvolvimento da cidadania.

FINANCIAMENTO E GASTOS COM A EDUCAÇÃO

Objetivos

- Incrementar os recursos financeiros para a manutenção e para o investimento na qualidade da educação básica, conferindo maior eficiência à aplicação.
- Reestruturar o atual quadro de distribuição dos recursos entre os diferentes órgãos de governo.
- Buscar financiamento para a educação.

Metas

- Garantir a aplicação dos recursos financeiros destinados à educação, de acordo com as prioridades estabelecidas pelas unidades escolares, controladas pela comunidade envolvida no processo educativo.
- Assegurar à educação básica a garantia dos percentuais mínimos na dotação orçamentária da Receita Tributária da União, estados e municípios estabelecidos na Constituição, assegurando o funcionamento adequado do ensino.
- Manter a transparência na utilização das verbas destinadas à educação.

- Assegurar eficiente e oportuna aplicação dos recursos financeiros na construção e manutenção da melhoria da rede física, garantindo um suporte para a educação de boa qualidade, a curto e médio prazos,
- Criar mecanismos que possibilitem autonomia para gerir recursos financeiros previstos em orçamentos anuais e plurianuais.
- Viabilizar junto aos órgãos governamentais verbas para aquisição de transporte para aumentar o acesso à escola.
- Assegurar convênios, a curto e médio prazos, com órgãos nacionais e internacionais.
- Assegurar a criação de um fundo especial para a educação, em nível estadual, para melhoria do gerenciamento e autonomia das ações educativas.

Estratégias

- Instalação de uma comissão estadual e municipal que gerencie o acompanhamento das verbas destinadas à educação, com a participação da sociedade civil organizada.
- Criação de mecanismos para conservação e manutenção das escolas e órgãos gestores da educação.
- Estabelecimento de critérios e mecanismos para a distribuição e redistribuição de recursos.
- Viabilização de recursos financeiros junto aos órgãos nacionais e internacionais.
- Articulação com os diferentes segmentos sociais para execução de parcerias.
- Criação de um fundo especial na SEDIMS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos teve a coordenação, em suas várias etapas, da Comissão Estadual e das comissões municipais compostas pelo Chefe do Núcleo Educacional e do Secretário Municipal de Educação. Houve, na grande maioria das localidades do Estado, um verdadeiro trabalho de parceria entre as instâncias municipais e estaduais na efetivação de um trabalho que também integrou as várias representações da sociedade civil organizada. Tais parcerias demonstraram-se bastante produtivas, tendo em vista a superação de entraves e o nível de participação dos envolvidos na elaboração dos planos municipais de educação.

A ação das unidades escolares foi desencadeada pelas equipes técnico-pedagógicas, assessoradas pelos integrantes das comissões municipais. O trabalho subsidiário foi efetivado através de encontros e reuniões de estudo, realizados tanto no âmbito regional quanto municipal e que fortaleceram as discussões ocorridas no interior das unidades escolares.

As comissões municipais atuaram em parceria, também, durante a fase de elaboração dos documentos-síntese, caracterizados como o Plano Decenal do Município. Os planos municipais foram sistematizados e deram origem ao Plano Estadual de Educação para Todos.

No que se refere à elaboração do projeto pedagógico das unidades escolares, adotou-se a mesma metodologia utilizada na fase anterior. Os chefes dos núcleos educacionais articula-

ram as atividades junto às equipes técnico-pedagógicas das unidades escolares da rede estadual; o mesmo procedimento foi adotado pelos Secretários de Educação junto às unidades escolares da rede municipal. Este trabalho possibilitou que a comunidade escolar, exercitando a discussão e o debate de idéias, elaborasse seu projeto pedagógico. Nas escolas da rede estadual, onde há uma estrutura-organizacional diferenciada, houve participação ativa dos colegiados escolares. É importante ressaltar também o envolvimento das escolas particulares no contexto das discussões do Plano Decenal.

Nesta etapa, os núcleos educacionais compatibilizaram os relatórios-síntese das escolas da rede estadual, e as secretarias municipais os de sua rede. De posse destes relatórios-síntese, a Comissão Municipal sistematizou o documento final do município, encaminhando-o à Comissão Estadual, que, por sua vez, elaborou o documento final no âmbito do Estado.

Quanto ao Município de Campo Grande, devido a sua maior complexidade, o processo ocorreu de forma diferenciada dos demais municípios do Estado, não havendo um Plano Municipal de Educação de Campo Grande, mas um plano elaborado pelas escolas da rede estadual, sistematizado por uma representação dos núcleos educacionais da capital, e um Plano Municipal, sistematizado pela Secretaria Municipal de Educação.

É necessário afirmar que todas as fases de elaboração do Plano Decenal foram precedidas de divulgação, pela imprensa, dos eventos e das etapas de operacionalização, sendo dado um enfoque especial à importância da participação, tanto dos educadores como da sociedade civil organizada. O resultado desse esforço pode ser avaliado através da participação da totalidade dos municípios de Mato Grosso do Sul na elaboração do Plano Estadual de Educação para Todos e pelo envolvimento de todas as unidades escolares, tanto na elaboração de propostas para o Plano Municipal quanto da definição de seu projeto pedagógico.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

1993

1. Constituição da Comissão Estadual para compor o Plano Decenal de Educação, tendo a Secretaria de Estado de Educação como Presidente e representatividade das seguintes instituições:
 - Secretaria de Estado de Educação
 - Delegacia do Ministério da Educação e do Desporto
 - União Nacional dos Dirigentes Municipais - UNDIME
 - Conselho Estadual de Educação
 - Associação de Educação Católica e Pastoral da Educação - Arquidiocese de Campo Grande
 - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
 - Serviço Nacional do Comércio - SENAC
 - Federação de Professores de Mato Grosso do Sul
 - OMEP/BR/MS e Entidades Filantrópicas

2. Reunião, em 05/11, com os chefes de núcleos educacionais e secretários municipais de educação, para prestar orientações gerais acerca dos objetivos e da elaboração do Plano Decenal, bem como informações necessárias para a constituição das comissões municipais.
3. Discussão, em 12/11, em todas as unidades escolares da rede estadual, com a participação da comunidade escolar e representantes de outras instituições, objetivando a apresentação de propostas para a elaboração do Plano Decenal.
4. Realização de encontros regionais, em 22 e 23/11, com representantes das comissões municipais, para subsidiar o trabalho de compatibilização das propostas das unidades escolares com vistas à elaboração dos planos municipais.
5. Elaboração, pela Comissão Estadual, de um documento-síntese embasado no conteúdo dos planos municipais.

1994

6. Reunião, em 04/05, da Comissão Estadual para o planejamento das ações da etapa subsequente de elaboração do Plano Decenal.
7. Encontro, em 16/05, da Comissão Estadual com chefes dos núcleos educacionais, secretários municipais de educação e representantes do Sindicato das Escolas Particulares, para prestar orientações gerais quanto ao trabalho a ser desenvolvido nas unidades escolares.
8. Debate, no período de 25/05 a 03/06, dos planos municipal, estadual e nacional, nas unidades escolares, com o objetivo de elaborar seu projeto pedagógico e o relatório-síntese.
9. Compatibilização dos relatórios-síntese das unidades escolares, no período de 18/06 a 08/07, pelos núcleos educacionais e secretarias municipais e elaboração do documento final do município.
10. Compatibilização dos relatórios-síntese dos municípios, no período de 11 a 22/07, pela Comissão Estadual.
11. Revisão e editoração, no período de 23 a 25/07/94.
12. Conferência Nacional de Educação para Todos, de 29/08 a 01/09/94.

Mato Grosso do Sul

Localização: Região Centro-Oeste

Origem: Originou-se do Estado de Mato Grosso

Lei de Criação: Lei Complementar nº 31, de 11/10/1977

Microrregiões: Possui onze microrregiões:

- Baixo Pantanal
- Aquidauana
- Alto Taquari
- Campo Grande

- Cassilândia
- Paranaíba
- Três Lagoas
- Nova Andradina
- Bodoquena
- Dourados
- Iguatemi

Nº de Municípios: 77

Capital: Campo Grande

Área: 357.471,5 km²

Densidade Demográfica: 5,08 hab./km²

População: Total: 1.818.175 hab.

Zona Urbana: 1.461.267 hab.

Zona Rural: 356.908 hab.

Jurisdições de Ensino: 85 Núcleos Educacionais

Plano Decenal de Educação para Todos Relatório Síntese*

REGIÃO CENTRO-OESTE

Declaração Mundial sobre Educação para Todos:

“Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem”.

(Conferência Mundial sobre Educação para Todos

- Tailândia/1990)

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A responsabilidade pela coordenação e compatibilização dos relatórios elaborados por todas as unidades federadas da Região Centro-Oeste sobre os debates escolares realizados, como parte das ações previstas no Plano Decenal de Educação para Todos, coube à Secretaria de Educação do Distrito Federal, que procurou envolver a equipe técnica dos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e de Goiás, no sentido de garantir que os resultados traduzissem a realidade da região e atingissem níveis satisfatórios.

Inicialmente, há que se considerar que os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, embora situados na mesma região, apresentam divergências bastante acentuadas em relação ao Distrito Federal, tais como extensão da área territorial, distância das escolas e formas de acesso às mesmas, origem dos recursos financeiros destinados à educação, situação do corpo docente, principalmente no que se refere à qualificação profissional e à existência de Plano de Carreira do Magistério Público.

Já as situações peculiares de cada unidade da Federação, que não guardam nenhuma similitude com as demais, estão contempladas nos respectivos relatórios. É o caso, por exemplo, da comunidade negra do Estado de Goiás, denominada “Comunidade Kalunga”, que vive isoladamente da civilização, sem nenhuma assistência e em local de difícil acesso, exigindo solução imediata; da clientela formada por índios nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que impõe a utilização de estratégias diversificadas de atendimento; e, no Distrito Federal, do constante processo migratório interno da população mais pobre, acarretando necessidades permanentes de expansão da rede física.

Vale ressaltar, ainda, que a participação das escolas particulares foi pouco significativa, em toda a região, embora gestões tenham sido feitas no sentido de envolver os estabelecimentos de ensino indicados pelo Ministério da Educação e do Desporto.

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.439-448, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

Entretanto, mesmo ante a situação apresentada, o presente relatório reflete os pontos comuns das 4 (quatro) unidades da Federação envolvidas, cada qual, porém, em maior ou menor grau de profundidade, de acordo com as especificidades próprias

Considerando que o trabalho ora realizado sinaliza que os caminhos a percorrer estão voltados para uma política educacional capaz de preparar crianças, jovens e adultos para os novos desafios de desenvolvimento e da cidadania, vale destacar alguns pontos que podem inviabilizar o alcance dos objetivos e metas propostas no Plano Decenal de Educação para Todos, traduzindo, assim, a preocupação das escolas:

- Falta de vontade política governamental para garantir a execução de um projeto educacional, provocando a descontinuidade das políticas educacionais em nível nacional, estadual e municipal, bem como o distanciamento da comunidade escolar como um todo.
- Impossibilidade de sustentar uma política de comprometimento da sociedade com as questões educacionais, considerando os problemas políticos e econômicos do País.
- Descompasso entre políticas educacionais traçadas e práticas administrativas e pedagógicas adotadas.
- Práticas de avaliação do sistema educacional episódicas, desarticuladas e desvinculadas das finalidades do sistema e dos resultados do processo educativo.
- Descompasso entre o “avanço” das teorias pedagógicas que embasam as propostas para o sistema e a “resistência a mudança” da prática escolar efetiva.
- Tratamento homogêneo dispensado pela administração do sistema de ensino a situações escolares inseridas em realidades socioeconômico-culturais heterogêneas.

Além desses assuntos considerados relevantes, outros são abordados neste documento, retratando a “Situação Atual” e as “Propostas e Recomendações” da Região Centro-Oeste, a partir dos seguintes temas:

- Acesso à Escola
- Sucesso na Escola (incluindo Aprendizagem)
- Gestão da Educação (incluindo Financiamento e Gastos com a Educação)
- Escola, Cidadania e Comunidade.

TEMAS TRATADOS

- Acesso e permanência a escola
- Sucesso na escola (incluindo aprendizagem)
- Profissionais da educação
- Gestão da educação (incluindo financiamento e gastos com educação)
- Escola, cidadania e comunidade

Tema: Sucesso na escola (incluindo aprendizagem)

1. Situação atual

- Insuficiência e inadequação de espaços físicos para atendimento a toda a demanda escolar, em decorrência, inclusive, do processo migratório da população menos favorecida, acarretando necessidades permanentes de expansão da rede física, do agravamento da situação socioeconômica da população que demanda a escola pública.
- Constante processo migratório da população mais pobre, acarretando necessidades permanentes de expansão da rede física.
- Ingresso precoce de crianças e adolescentes na força de trabalho.
- Redução da frequência à escola nos períodos de inexistência de merenda escolar, assim como devido à falta de segurança nas escolas e suas imediações.

2. Propostas /recomendações

- Adotar estratégias sistemáticas de levantamento da população em idade escolar (censo escolar, chamada escolar, campanhas, etc.). A escola bate à sua porta.
- Executar um planejamento pedagógico das escolas compatível com as necessidades locais, dotando-as de infra-estrutura adequada.
- Expandir programas de transporte escolar destinados, principalmente, aos alunos residentes no meio rural e portadores de necessidades especiais.
- Aproveitar espaços ociosos como salas de aula, em parceria com instituições governamentais e não-governamentais.
- Celebrar convênios com entidades governamentais e não-governamentais, visando à expansão da oferta de ensino, principalmente da educação infantil, do ensino especial, da educação indígena e de programas de erradicação do analfabetismo.
- Construir, ampliar e reformar prédios escolares para todos os níveis do ensino.
- Desenvolver atividades, apoiadas nos meios de comunicação de massa, dirigidas à conscientização da comunidade sobre o papel da escola e a obrigatoriedade do ensino fundamental.
- Adotar calendários escolares diferenciados, especialmente para atender a características da zona rural.
- Desenvolver programas de integração dos portadores de necessidades especiais à rede regular de ensino, eliminando barreiras que dificultam ou impedem esta integração.
- Desenvolver projetos educacionais diferenciados para alunos do curso noturno.
- Fortalecer mecanismos de segurança nas escolas e em suas imediações, principalmente nas periferias urbanas e no período noturno.

Tema: Sucesso na escola (incluindo aprendizagem)

1. Situação atual

- Excesso de alunos em sala de aula.
- Existência de turmas multisseriadas.

- Gestores e professores sem a capacitação mínima requerida para suas funções.
- Carência generalizada de recursos materiais, especialmente de materiais didáticos adequados.
- Inexistência da prática de avaliação externa da escola.
- Currículos inadequados às realidades.
- Inexistência (ou ineficácia dos existentes) de projetos diferenciados para o ensino noturno.
- Despreparo da rede pública de ensino para enfrentar a síndrome da evasão/repetência.
- Práticas pedagógicas distanciadas das exigências atuais do ensino.
- Incapacidade da escola de realizar satisfatoriamente sua função essencial - ensinar, principalmente quando seus alunos pertencem aos segmentos mais pobres da população.
- Práticas de avaliação do sistema educacional episódicas, desarticuladas e desvinculadas das finalidades do sistema e dos resultados do processo educativo.

2. Propostas/recomendações

- Adequar o currículo à realidade local, proporcionando conteúdos significativos, procedimentos didático-metodológicos e avaliação adequada.
- Buscar parceria com as universidades para subsidiar a prática educativa, visando à melhoria da qualidade do ensino.
- Garantir melhores condições de trabalho aos professores, no que se refere à infra-estrutura e ao apoio pedagógico.
- Promover discussões e reflexões para que o educador se conscientize do ato político de educar.
- Integrar a educação à saúde, à cultura e ao desporto, como fonte necessária ao desenvolvimento psíquico, físico e social do educando.
- Dotar as unidades escolares de materiais didático-pedagógicos, bibliotecas, oficinas pedagógicas, de modo a permitir o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem.
- Ampliar a jornada escolar, permitindo inovações que venham a enriquecer o processo pedagógico, aperfeiçoando o currículo, os procedimentos de ensino e a avaliação.
- Instituir sistema permanente de avaliação de processo e produto do rendimento escolar, que possibilite intervenções na área administrativa e pedagógica, no resguardo do padrão de qualidade estabelecido.
- Reorganizar a rede escolar na zona rural, de modo a dotá-la de requisitos e condições físicas, materiais e de pessoal equivalentes aos das escolas urbanas, resguardadas suas tipicidades.
- Ampliar projetos de apoio ao estudante, especialmente no que se refere a material escolar, livro didático e saúde escolar.

- Implantar programas de atendimento pedagógico especial, destinados a alunos portadores de necessidades específicas de aprendizagem.
- Rever o processo de avaliação da aprendizagem.

Tema: Profissionais da educação

1. Situação atual

- Condições socioeconômicas e culturais precárias do profissional da educação.
- Apoio insuficiente e insatisfatório dos órgãos educacionais aos professores e demais profissionais que atuam na escola.
- Descomprometimento dos profissionais da educação, no que se refere ao seu papel de educador.
- Ausência, em alguns estados e municípios, de planos de carreira do magistério público.
- Valorização insatisfatória dos cursos de capacitação e aperfeiçoamento, por parte do estado/municípios, nos critérios de ascensão funcional.
- Formação profissional inadequada, principalmente nas faculdades que oferecem os chamados “Cursos Vagos”.
- Falta de pessoal habilitado para o exercício das diferentes funções existentes no sistema escolar.
- Deficiência quantitativa e qualitativa dos cursos de capacitação.
- Inadequação dos procedimentos tradicionais de capacitação de pessoal às necessidades de mudança da práxis docente e das relações sociais iniciadas na escola.
- Redução progressiva da oferta e da matrícula em cursos de licenciatura, principalmente na área das Ciências Exatas.

2. Propostas/recomendações

- Assegurar que a escola tenha condições dignas de trabalho para resgatar as condições profissionais dos educadores.
- Articular ações com as universidades direcionadas à reestruturação dos processos de formação de profissionais da educação, visando a elevar os padrões de qualidade dos atuais cursos de licenciatura.
- Definir uma política salarial que resgate a dignidade e a valorização do profissional da educação, elevando a sua auto-estima e fazendo com que esse profissional busque, cada vez mais, a atualização de conteúdos e crescimento profissional, impedindo-o de cair no descompromisso, na incompetência técnica e na apatia profissional.
- Implantar/reestruturar planos de carreira do magistério público
- Introduzir, nas normas que regem as carreiras dos profissionais da educação, incentivos à melhoria do desempenho docente e não-docente.

- Definir uma política de capacitação permanente de recursos humanos, assegurando, inclusive, a formação aos professores leigos.
- Promover revisão crítica dos cursos de formação para o magistério das séries iniciais do ensino fundamental.

Tema: Gestão da educação (incluindo financiamento e gastos com a educação)

1. Situação atual

- Falta de autonomia de secretários estaduais/municipais e de diretores das escolas para gerir os recursos destinados à educação.
- Prática pedagógica prejudicada por influências político-partidárias.
- Interferência político-partidária na distribuição de recursos.
- Insuficiência de recursos financeiros destinados à educação e aplicação inadequada dos mesmos.
- Sistema fechado de gestão escolar, configurado com um modelo de administração centralizada.
- Assunção, pelo sistema escolar, de responsabilidade de financiamento e prestação de serviços estranhos a suas reais finalidades, muitas vezes deslocando o eixo da atuação e dos já escassos recursos da questão que lhe é pertinente.

2. Propostas/recomendações

- Implantar e implementar a gestão democrática educacional, de modo a garantir a participação da comunidade escolar nas decisões, efetivando, assim, o exercício da cidadania.
- Promover melhor utilização dos recursos e programas disponíveis para a educação.
- Garantir recursos financeiros em parceria com os órgãos não-governamentais, para a melhoria do ensino e desenvolvimento da pesquisa científica.
- Modernizar a gestão do sistema educacional e da escola, de modo a permitir melhor alocação dos recursos disponíveis e maior atuação sobre as questões de natureza pedagógica.
- Desconcentrar e descentralizar a administração da rede escolar, transferindo para as unidades regionais e para os estabelecimentos de ensino competências e atribuições.
- Rever a política de repasse financeiro entre as esferas governamentais, fortalecendo os setores responsáveis pela manutenção dos serviços educacionais.

Tema: Escola, cidadania e comunidade

1. Situação atual

- Pouca participação da comunidade na vida da escola, resumindo-se esta participação principalmente na execução de atividades eventuais e na contribuição com recursos financeiros e materiais.

- Descontinuidade nas práticas educacionais e nas normas do sistema, no que se refere à adoção de mecanismos de democratização das relações sociais internas e externas à escola.
- Fragilidade no reconhecimento de interesses comuns e na consecução de objetivos que congreguem as ações dos diferentes participantes da comunidade escolar, superando interesses corporativos e mais imediatos.
- Indefinição, por parte da escola, da família e de outras instituições sociais, dos papéis destas instituições no que se refere à educação, dificultando ações comuns voltadas para a formação do cidadão.

2. Propostas/recomendações

- Estimular a organização de entidades que congreguem a comunidade escolar em torno de objetivos comuns.
- Desenvolver na escola programas de educação não-formal, voltados para os interesses da comunidade.
- Utilizar a escola como fórum de debates das principais questões da realidade da comunidade.
- Implantar mecanismos de estímulo à participação da comunidade na vida escolar, através da criação de órgãos colegiados, compostos por representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar, ou estimular os já existentes, para fins de definição do projeto pedagógico e administrativo da escola.
- Atualizar normas que regem o sistema de ensino e o regimento das escolas, adequando-os aos princípios da gestão participativa e democrática.
- Definir uma política educacional voltada para a conscientização da escola e de outras instituições sobre seus papéis na formação do cidadão.

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Anna Maria Dantas Antunes Villaboim

Secretaria de Educação, Cultura e Desporto de Goiás

Terezinha Vieira dos Santos

Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso

Natal da Silva Rêgo

Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso do Sul

Leocádia Aglaé Petry Leme

Equipe responsável pela compatibilização dos relatórios:

Secretaria de Educação do Distrito Federal

- Ana Maria Pedreira de Barros
- Ângela Maria Vilas Bôas Ribeiro

Secretaria de Educação de Goiás

- Isabel Ana de Moraes
- Maria de Fátima Castro Amaral
- Maria do Rosário Ayres

Secretaria de Educação de Mato Grosso

- Regina Lúcia Borges Araújo

Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul

- Adelina S.S. Andrade
- Regina da Paixão

Delegacia Estadual do Ministério da Educação e do Desporto - DEMEC/Mato Grosso

- Nilza Maria Curvo

União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME/Mato Grosso

- Alaídes Alves Mendieta